

# Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

As novas relações de trabalho e os efeitos tributários na ótica do STF - VISÃO DO DIREITO .....3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Limites para as apostas .....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad se diz "mais confortável" com Orçamento de 2025 .....7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dívida compromete mais de 30% da renda de beneficiário do Bolsa Família .....8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita entende que parcela do crédito presumido de ICMS deve ser tributada pelo Imposto de Renda .....9

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita permite atualização de valor de imóvel na declaração do IR .....11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Valor de imóvel pode ser atualizado no IR .....12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasil pode ter R\$ 500 milhões em projetos suspensos .....13

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita convoca todos os aprovados .....15

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

TCU determina prazo para o INSS .....16

O GLOBO - RJ - RIO  
SERVIDOR PÚBLICO

Aposentadorias .....17

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Evento debaterá soluções para o descaminho .....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CNC vai ao STF pedir proibição de bets .....19

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CNC pede ao STF suspensão da Lei das Bets; varejistas defendem regulação .....21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>É preciso antecipar monitoramento e fiscalização das bets (Editorial)</b> .....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>Dívida alta, escalada dos juros e bilhões gastos em "bets" podem frear economia</b> .....	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
<b>SP perde R\$ 1,6 bilhão em impostos com vapes</b> .....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Abaixo das expectativas, prévia da inflação fica em 0,13% em setembro</b> .....	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Prévia da inflação fica em 0,13% em setembro, metade do previsto</b> .....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA ECONOMIA	
<b>Endividamento elevado, gasto com "bets" e juros em alta impactam consumo</b> .....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>OCDE projeta crescimento estável em 2025 - ASSIS MOREIRA</b> .....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>IPCA-15 traz alívio, mas seca já pressiona energia e alimentos</b> .....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>Investimento estrangeiro bate projeção do BC</b> .....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS ECONOMIA	
<b>Lei antidesmate da UE faz exportadores e importadores acelerarem negociações</b> .....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
<b>Piora na composição da dívida e alta da Selic ligam alerta para aumento no custo de rolagem</b> .....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
<b>Seguros devem crescer até 11,8% em 2024</b> .....	41
DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO ECONOMIA	
<b>Prévia da inflação recua em setembro, aponta IBGE</b> .....	42
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Levantamento da CNI aponta condições melhores no País</b> .....	43

# As novas relações de trabalho e os efeitos tributários na ótica do STF - VISÃO DO DIREITO

**Carlos Henrique de Oliveira**

Carlos Henrique de Oliveira Advogado sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados e Ex-presidente do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)**

As relações de trabalho mudaram, acompanhando as transformações do mundo. Hoje, essas mudanças impactam diretamente a tributação, especialmente as contribuições sociais previdenciárias. O afastamento dos modelos tradicionais de emprego pode levar à corrosão da base de cálculo dessas contribuições.

Analisemos o atual entendimento do STF sobre essas novas relações, focando nos efeitos tributários previdenciários, com ênfase nos postos criados por plataformas digitais e nos modelos de terceirização e pejetização.

Plataformas digitais conectam trabalhadores a consumidores por meio de sistemas informatizados. Uma crítica comum é que esses modelos reduzem direitos sociais, especialmente os previdenciários.

O Constituinte, atento à evolução tecnológica, previu novas fontes de custeio para a **seguridade social**, mas as contribuições previdenciárias ainda representam uma fatia significativa do orçamento, correspondendo a 48,83% de todas as contribuições sociais arrecadadas em 2023.

As contribuições sociais previdenciárias têm como base o salário de contribuição, que pressupõe a existência de um vínculo de trabalho, ainda que não necessariamente de emprego. Assim, sempre que houver trabalho de pessoa física, seja como empregado, autônomo, eventual ou intermitente, haverá contribuição.

Em casos de prestação de serviços por pessoa jurídica, como na pejetização, a contribuição previdenciária não incide, conforme a Lei nº 11.196/05.

Terceirização e pejetização, embora às vezes confundidos, não são a mesma coisa. Na pejetização, há contratação de pessoa jurídica para prestação de

serviços de forma contínua ou não. O STF reconheceu sua constitucionalidade, embora haja certa confusão ao assemelhá-la à terceirização. Na terceirização, uma empresa contrata outra para que seus empregados executem os serviços, havendo recolhimento de contribuição previdenciária tanto da parte do empregador quanto do empregado, o que garante a formalização do trabalho sem perda de arrecadação.

Por outro lado, a pejetização representa uma significativa vantagem tributária, já que o tomador de serviços deixa de recolher o **INSS** sobre a remuneração paga à pessoa física. Se o prestador de serviços for uma pessoa jurídica, ele também terá menor carga tributária, pois a contribuição previdenciária incide apenas sobre o valor retirado a título de distribuição de lucros, sem a aplicação da tabela progressiva do IRPF.

No caso das plataformas digitais, não há um empregador clássico, mas sim um sistema que conecta prestadores de serviços a clientes. O prestador, que não mantém relacionamento direto com o contratante além da prestação do serviço, é segurado obrigatório da **Previdência Social** como contribuinte individual, conforme a Lei de Custeio. Ele pode se organizar como Microempreendedor Individual (MEI), o que reduz ainda mais a carga tributária.

Assim, mesmo com as novas formas de contratação, ainda há previsão legal para o recolhimento de contribuições previdenciárias e imposto de renda, variando conforme a modalidade de trabalho.

A **legislação tributária** previu diferentes formas de contribuição, abrangendo também a revolução digital que transformou o mundo do trabalho.

As decisões do STF que reconhecem a validade dessas novas formas de trabalho não afastam os trabalhadores da **Previdência Social**, mas reforçam que, segundo a legislação, todos devem contribuir para a manutenção do sistema. Embora haja margem para aprimoramentos, a liberdade de contratação dentro das normas vigentes fomenta a criação de empregos e riqueza.

A informalidade, sim, deve ser combatida.

O direito deve entender e abraçar as novas realidades do mercado de trabalho, garantindo proteção aos trabalhadores sem inibir o desenvolvimento econômico.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6456/26-09-2024.html?all=1>**

# Limites para as apostas

**THAÍS BARCELLOS, BERNARDO UMA, GERALDA DOCA  
E MANOEL VENTURA [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)  
BRASILIA E SÃO PAULO**

Com o aumento da pressão do governo e de setores econômicos preocupados com o volume de dinheiro crescente gasto pelos brasileiros com apostas e jogos de azar online, algumas das principais empresas do setor que atuam no país planejam se antecipar à regulamentação e bloquear o pagamento dos jogadores com cartão de crédito a partir do dia 1º de outubro. Uma portaria do Ministério da Fazenda estabelece essa proibição apenas a partir de janeiro, quando entram em vigor todas as regras de regulamentação desse mercado.

No entanto, as transações com cartão de crédito são cerca de 3% do total, dizem fontes do setor. Anteontem, um levantamento feito pelo Banco Central (BC) mostrou que, somente via Pix, os brasileiros transferiram este ano cerca de R\$ 20 bilhões por mês para plataformas de apostas e cassinos on-line, no primeiro dado oficial a dimensionar o crescimento desse mercado. O presidente do BC, Roberto Campos, manifestou preocupação sobre o impacto da atratividade desses jogos no endividamento das famílias, principalmente as mais vulneráveis. Em agosto, estima-se que 5 milhões de pessoas de famílias beneficiárias do Bolsa Família enviaram R\$ 3 bilhões às empresas de apostas por Pix.

Os dados acenderam o sinal amarelo no governo, que vinha preparando a regulamentação do setor para entrar em vigor em janeiro de 2025. Se esse volume se mantiver, significa um gasto anual de R\$ 240 bilhões apenas por Pix. O valor é muito superior ao que a própria equipe econômica estimativa nos bastidores, algo na casa de R\$ 100 bilhões.

## "TRATAR COMO CIGARRO"

A ideia na Fazenda é reforçar mecanismos para desestimular o uso descontrolado dessas plataformas. Ontem, o ministro Fernando Haddad falou em "tratar jogos como cigarros". O secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, afirmou que o tema é uma "preocupação enorme" para o ministério e que as plataformas autorizadas a operar no país serão obrigadas a compartilhar informações com o governo para o controle do endividamento por CPE. Anteontem, o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, reuniu técnicos da Fazenda, do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça para discutir como conter o vício

em jogos on-line e educar os usuários, mas não houve decisão sobre o que fazer.

Por parte das empresas do setor, antecipar o veto ao uso de cartão de crédito é uma tentativa de responder ao governo, ao Congresso e a entidades empresariais diante de críticas pelos gastos com jogos. O uso de cartão em jogos tem sido criticado por varejistas e pelos bancos porque é uma forma de endividar quem aposta.

-Faremos essa recomendação de forma expressa, até para demonstrar para os órgãos governamentais e para a mídia que essa preocupação também é nossa. Nós acreditamos que abrir para cartão de crédito a coisa fica sem controle. A gente é uma indústria de entretenimento -disse ao GLOBO Plínio Lemos Jorge, presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias. - Eu conversei com todos os nossos associados, e 100% vão seguir.

Na terça-feira, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a declaração de inconstitucionalidade da lei que regulamentou as apostas esportivas, as chamadas bets, sancionada pelo presidente Lula em dezembro do ano passado. A CNC também quer que a legislação tenha os efeitos suspensos até que o julgamento seja concluído. Para a entidade, a liberação de jogos on-line está causando "prejuízos incalculáveis à economia doméstica, em especial ao comércio varejista, bem como à saúde mental dos apostadores". A ação argumenta que as apostas virtuais "representam verdadeiro risco à situação financeira de muitos indivíduos, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade".

A regulamentação das apostas on-line e jogos eletrônicos começou a ser elaborada pelo Ministério da Fazenda ainda em 2023, com a publicação da lei aprovada no Congresso, que foi seguida por várias portarias temáticas. Uma delas prevê, por exemplo, o veto ao uso do cartão de crédito em plataformas de apostas, mas isso valeria apenas a partir de 1º de janeiro de 2025. Essa também é a data a partir da qual apenas empresas licenciadas poderiam operar. Porém, a Fazenda antecipou essa regra e vai pedir o bloqueio de todas as plataformas que não tenham solicitado autorização (com pagamento pela licença) a partir de 9 de outubro.

## USUÁRIO PODE SER BANIDO

As empresas de apostas esportivas vão exigir autodeclaração de renda para os apostadores e terão de criar limites de valor dos jogos e a programação do tempo gasto pelos usuários nas plataformas para mitigar o vício e o endividamento de apostadores on-line. A plataforma terá de monitorar esse apostador em todas as suas atividades e, na prática, dar condições também ao governo de fazer esse controle. Se é um apostador que tem um perfil de renda não compatível com as apostas, por exemplo, em um primeiro momento a plataforma terá de fazer um alerta, dizendo que a aposta descolou do perfil do usuário. Caso ele insista, será imposta uma pausa obrigatória. No limite, o governo vai determinar o banimento do jogador. O governo também planeja formas de limitar a publicidade dessas plataformas e promover ações educativas.

-A aposta, no agregado, é sempre motivo de perda, porque a banca sempre ganha. Tem que ter conscientização que pode ser opção de lazer, que o jogo tem que ser responsável, que tem que ser feito com cuidado, seja de saúde mental ou endividamento -disse Durigan.

O secretário afirmou que as operações da Polícia Federal que envolvem essas plataformas já contam com informações de inteligência da **Receita Federal** e da Secretaria de Jogos e Apostas. Ele também disse que a maior parte do problema com as apostas on-line no Brasil vem de empresas fraudulentas, "aventureiras", já que as empresas sérias, que patrocinam vários setores da economia, querem que as pessoas "fiquem bem". Ao comentar o estudo do Banco Central, Haddad reconheceu o volume elevado de recursos direcionados para as bets, destacando que essas empresas atualmente não pagam imposto.

- Nós tínhamos pressa em regulamentar para evitar o que está acontecendo -afirmou.

Responsável pela gestão do Bolsa Família, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou ter solicitado informações sobre as apostas dos beneficiários do programa à Fazenda e ao Banco Central. Segundo ele, a regulamentação do setor vai considerar a situação das pessoas mais vulneráveis, mas a pasta não deve proibir beneficiários do programa de apostar: -O Bolsa Família transfere um dinheiro livre para a família e tem por objetivo combater a fome e atender a necessidades básicas de pessoas em situação de insegurança alimentar e outras vulnerabilidades. Tudo faremos para manter estes objetivos.

Veja as regras para os jogos

Cartão de crédito: ousou para pagamento de apostas

será proibido. Serão permitidos Pix, transferência eletrônica (TED), cartão de débito ou pré-pago. Apostadores não poderão usar dinheiro, boletos, cheques e ativos virtuais.

**Monitoramento:** empresas serão obrigadas a identificar e classificar o risco de apostadores. Operações suspeitas terão que ser comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Empresas terão de fazer campanhas sobre risco de vício e limitar apostas segundo critérios de tempo, quantidade de jogos, valor gasto e obrigar usuários a fazer pausas.

**Jogo responsável:** as empresas serão responsáveis por alertar o jogador sobre os riscos de dependência. O operador deve suspender apostadores em risco alto de dependência. Dados de navegação deverão ser usados para identificar indícios de vício.

**Cadastro:** a partir do ano que vem, as plataformas terão que impedir o cadastro ou limitar o acesso a pessoas que tenham um diagnóstico comprovado por laudo médico de vício em jogos. Usuários que estejam impedidos de apostar por decisão administrativa ou judicial devem ser barrados.

**Publicidade:** as empresas serão legalmente responsáveis pela publicidade de seus afiliados, revendedores pagos pela marca para fazer propaganda, como influenciadores na internet. As bets deverão seguir regras de "jogo responsável" e não veicular publicidade de apostas não autorizadas.

**Ganhos:** antes da aposta, a plataforma precisa disponibilizar tabelas das possibilidades de ganho. No momento da aposta, deve ser indicado o fator de multiplicação que define quanto o jogador receberá.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Haddad se diz "mais confortável" com Orçamento de 2025

**Gabriela Pereira e Anais Fernandes De Brasília e São Paulo**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (25) que está muito mais confortável com o Orçamento de 2025 que com o de 2024. Disse também que é necessário acabar com a polêmica de que o governo não tem compromisso com a meta fiscal.

Haddad participou de evento do Banco Safra, em São Paulo e disse ser necessário parar de surpreender negativamente o país para beneficiar um pequeno grupo de empresários, se referindo a benefícios fiscais recebidos por algumas empresas.

"Nós precisamos de muita transparência. A **Receita Federal** está montando um esquema de transparência, CNPJ por CNPJ, todo mundo tem que ver o que está acontecendo", disse o ministro.

Ainda segundo ele, é necessário que o debate seja feito com toda a sociedade, para que o povo entenda do que está abrindo mão em decorrência dos incentivos fiscais.

Sobre a **reforma tributária**, afirmou que o país terá um dos melhores sistemas tributários do mundo. Questionado sobre a alíquota de 27,97%, o ministro afirmou que isso é fruto das exceções acrescentadas pelo Congresso Nacional. Por fim, ele destacou que qualquer alíquota será menor do que a atual.

Haddad avaliou que o Brasil pode crescer acima de 2,5% nos quatro anos do mandato. De acordo com ele, o país deve manter um crescimento que acompanhe a média mundial. Além disso, ele destacou que a **inflação** de 2025 deve ser menor do que a apresentada em 2024.

Para o ministro, o Brasil está trilhando um caminho bom, mas que inspira muito cuidado. Disse ainda que o Congresso Nacional não tem atendido todas as demandas apresentadas pela equipe econômica, mas tem analisado todas elas. De acordo com ele, o papel do Ministério da Fazenda não é apenas técnico, pois também é necessário construir saídas políticas.

Sobre as recentes crises climáticas que têm atingido o Brasil, Haddad afirmou que o governo está tomando

as providências para que as coisas sejam superadas com o menor custo possível.

Sobre as contas públicas, disse que a cunha entre receita e despesa será fechada de forma gradual e o crescimento econômico do país será favorável a esse movimento.

Ele rebateu as críticas sobre a condução da política fiscal. "Me diz um livro que diga que em pleno emprego tem que dar impulso fiscal? Há coisas que eu me surpreendo de ver cobradas, não fazem sentido certas coisas", disse.

Haddad também apontou que acredita no caminho que o país tem seguido, mas que é preciso se manter alerta e respeitar as opiniões do mercado.

Haddad disse que a questão da regulamentação das bets e sites de apostas virou uma espécie de Perse, devido à falta de pagamento de **impostos**. O Perse é um programa de retomada para o setor de eventos após a covid-19, que tem sido alvo de críticas pela equipe econômica por oferecer pouca transparência de funcionamento e retorno.

Segundo ele, toda a regulamentação de bets é voltada para tratar os jogos como se trata cigarro e que a Fazenda fará um mecanismo que impedirá a aposta com cartão de crédito, além de um sistema de alerta de pessoas revelando dependência psicológica, em parceria com o Ministério da Saúde.

Ele afirmou que a tributação já está resolvida pelo Congresso Nacional e que a preocupação do governo é oferecer apoio para um problema social grave.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=1&section=2>

# Dívida compromete mais de 30% da renda de beneficiário do Bolsa Família

**G20 , no Brasil UMA INICIATIVA O GLOBO Vhlõf CBN  
Cris Almeida Do Rio**

O comprometimento da renda de beneficiários do Bolsa Família com dívidas (juros e amortização) foi estimado em cerca de 36% para os homens e 38% para as mulheres, em levantamento feito pelo Centro de Estudos em Micro-finanças e Inclusão Financeira da Fundação Getulio Vargas (FGV) em conjunto com o Banco Central, e patrocínio da Gates Foundation. O número tem superado os níveis na população brasileira em geral, da ordem de 25%.

De acordo com o estudo de caso sobre inclusão financeira no Brasil apresentado ontem em evento do G20 no Rio de Janeiro, quase 100% dos adultos que integram o Cadastro Único para programas sociais do governo federal são bancarizados, e a principal porta de entrada tem sido o crédito, seja com o uso do cartão ou por pedidos de empréstimos.

"É inegável a importância de programas sociais e a democratização do acesso a serviços financeiros, mas o estudo sinaliza uma ameaça em potencial que precisa de atenção. São muitas famílias prestes a entrar no superendividamento", diz o professor de finanças da FGV, Rafael Felipe Schiozer, um dos responsáveis pela apresentação do estudo.

O período em que o Bolsa Família passou a se chamar Auxílio Brasil, em especial em 2022, último ano governo Bolsonaro, foi quando os números de acesso ao crédito inflaram. De acordo com o estudo feito pela FGV e o BC, com o aumento do valor do benefício, os pedidos de empréstimos por parte da população de baixa renda quase triplicaram.

A pesquisa identificou, ainda, que os jovens beneficiários do programa social são os que mais solicitam crédito em bancos tradicionais, os "bancões", desde 2020. O padrão de inadimplência, no entanto, também atinge os bancos digitais. A faixa etária de 18 a 30 anos é a que mais compromete a renda com dívidas de cartão de crédito. Já os pensionistas aparecem na pesquisa como os que menos sofrem com o endividamento.

O assessor de Promoção da Cidadania Financeira do Banco Central, Lucas Iten Teixeira, acredita que o número de superendividados entre os beneficiários do

Bolsa Família pode ser ainda maior, ao se levar em consideração que durante a pandemia, em 2021, muitas das dívidas foram negociadas entre bancos, fintechs e os clientes.

"No Brasil, no geral, o número de endividados é muito alto, mas os beneficiários de programas sociais se destacam na pesquisa porque são os que têm menos acesso à educação financeira. Temos, basicamente, duas décadas de inovações, regulamentações e programas de transferência de renda contribuindo para a inclusão financeira, e do outro lado os fornecedores estão interessados nessa parte da população, aumentando a competição, ao mesmo tempo que quase nenhuma educação", afirma Iten.

Na realização da pesquisa foram utilizadas diferentes bases de dados: além do Cadastro Único para identificar os beneficiários do Bolsa Família, informações do próprio Banco Central auxiliaram na identificação de usuários da poupança e do Pix, e houve auxílio da **Receita Federal** para identificara localização dos beneficiários do programa social.

"Beneficiários de programas sociais têm menos acesso à educação financeira" Lucas Iten Teixeira

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=2&section=4>

# Receita entende que parcela do crédito presumido de ICMS deve ser tributada pelo Imposto de Renda

*Marcela Villar e Luiza Calegari De São Paulo*

A **Receita Federal** entende que apenas uma parcela dos créditos presumidos de ICMS pode ser excluída da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. O posicionamento está em recente **comunicado** do órgão sobre o tratamento que deve ser dado às subvenções para investimento (benefícios fiscais), o que, para advogados, desrespeita o que foi estabelecido, em 2023, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O **comunicado** foi editado porque, no ano passado, foi alterada a legislação sobre o assunto. Com a Lei nº 14.789, todos os tipos de subvenções para investimento recebidas a partir deste ano passaram a ser tributados pelo IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. A nova norma alterou a Lei nº 12.973, de 2014, que permitia, sob determinadas condições, a exclusão dos benefícios fiscais do cálculo dos **tributos** federais.

Além disso, a nova norma abriu a possibilidade de autorregularização e de acordos (transações tributárias) com a Fazenda Nacional para débitos com base na lei anterior. Até então, de acordo com a Receita, 80 empresas foram multadas em R\$ 8,74 bilhões por exclusões tributárias indevidas feitas até o ano passado. Outros 200 casos estão em andamento.

Segundo tributaristas, o informe é uma tentativa de ampliar a tributação dos incentivos fiscais de ICMS. O **comunicado** do órgão também entende que outros tipos de benefícios - como isenção, diferimento, e redução de base de cálculo - não são subvenções de investimento, mas devem ser tributadas.

Para a Receita, deve ser aplicado o mesmo racional do julgamento da "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Por isso, "qualquer exclusão do lucro real a esse título, seja no regime legal anterior, seja no regime atual, torna-se arbitrária e sem amparo legal".

Essa associação, diz Luiz Fernando Sachet, sócio da Marchiori, Sachet, Bardos e Dias Sociedade de Advogados, "não tem pé nem cabeça". "Ela tenta dizer que o ICMS [o benefício] não compõe a receita, mas

como não compõe se ela quer tributar pelo PIS e pela Cofins? E como não compõe a renda se quer tributar pelo IRPJ e CSLL?", questiona. "Não faz sentido porque o ICMS é tributo, que é custo da operação." Na visão dele, a afirmação pode ser "um veneno que volta contra a própria Receita" e ser usada pelos contribuintes para afastar a tributação prevista na Lei 14.789.

O informe, de acordo com tributaristas, apesar de não ter força de lei, mostra que a União não considera a decisão tomada em 2023 pelo STJ em recurso repetitivo que, em tese, teria pacificado o tema. Os contribuintes se respaldam no precedente para fugir da cobrança tributária, pelos menos para os anos anteriores a 2024 - e têm saído vitoriosos nos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

As empresas se apegam à Lei nº 12.973/2014, que no artigo 30 elenca critérios para afastar a tributação dos benefícios fiscais de ICMS, como ter reserva de lucros. O STJ, em abril de 2023, validou esse dispositivo, afirmando, porém, que não valeria para crédito presumido, só para os demais tipos de benefício fiscal (Tema 1182).

Com a Lei nº 14.789/2023, porém, todas as subvenções passaram a ser tributadas em 2024. Os contribuintes podem tomar um crédito fiscal de 25% no fim de cada ano, se aprovado pela Receita. Desde então, as empresas têm corrido ao Judiciário para afastar a aplicação da norma.

Anderson Mainates, sócio do Cascione Advogados, diz que o **comunicado** desrespeita o julgado do STJ. "O crédito presumido de ICMS é diferente de outras modalidades de benefício e não poderia ser tributado, porque é uma renúncia dos Estados", afirma.

Para Rafael Nichele, tributarista do Rafael Nichele Advogados Associados, é um alerta para os contribuintes ao sinalizar que o entendimento do STJ pode ser superado. Na prática, diz, a Receita tenta abrir portas para aumentara tributação mesmo antes da vigência da lei de 2023. "A União, quando não ganha, fura a bola. A meu ver, essa nova lei não derruba o entendimento do STJ para casos anteriores,

pois os contribuintes entraram com ação, ganharam, a decisão transitou em julgado e o Supremo não vai reanalisar", afirma.

O aumento da base de cálculo do IRPJ e CSLL decorre da parcela dedutível do crédito presumido considerada pela Receita. Para os contribuintes, seria o valor total dos créditos concedidos pelos Estados. Mas para a fiscalização é o ganho que a empresa teve com o crédito, devendo ser abatido dele o valor total de ICMS que seria pago.

"Historicamente, os contribuintes não fazem isso. Eles consideram o valor escriturado integral do crédito presumido", diz Anderson Mainates. "A Receita está focando no delta [variação], não no crédito presumido, contrariando o entendimento do STJ." Segundo Sachet, a Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 55/2021 já trazia essa forma de cálculo.

Ele cita que, além do SIJ, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** tem vários julgados favoráveis aos contribuintes sobre os incentivos. E que a própria Receita, na Solução de Consulta Cosit nº 11, de 2020, reconheceu os benefícios agora elencados no **comunicado** como subvenções-mas a norma foi revogada no mesmo ano pela Solução de Consulta Cosit nº 145.

Esse entendimento, contudo, afirma, destoa do sistema dos precedentes judiciais. "Escracha o descolamento com a ordem jurídica e é algo preocupante, principalmente no momento de uma **reforma tributária** que está se defendendo uma sintonia entre Receita, Estados e municípios. Se ela nega cumprir uma decisão do STJ, é um indicativo difícil." Para Sachet, é preocupante o Fisco não considerar o diferimento do ICMS como benefício. "Se você posterga o pagamento do imposto, não é incentivo fiscal, não precisa nem de convênio, mas de ato normativo do Estado. Mas quando se transfere a responsabilidade para outro contribuinte, é, sim, subvenção", diz ele, citando sentença favorável a um cliente obtida recentemente.

Além do diferimento, créditos cedidos para o setor de transportes também não seriam incentivo fiscal, mas apenas uma forma de simplificar o pagamento do tributo. "Trata-se de créditos presumidos ditos "operacionais" concedidos com a finalidade de simplificar o cumprimento das obrigações relativas à apuração do imposto. Nessa situação, a totalidade do crédito presumido de ICMS não se configura um benefício fiscal", afirma a Receita no **comunicado**.

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

"Nova lei não derruba o entendimento do STJ para casos anteriores" Rafael Nichele

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=2&section=4>**

# Receita permite atualização de valor de imóvel na declaração do IR

## PATRIMÔNIO

Agência Brasil

contato@jornaldezminutos.com.br

Até 16 de dezembro, os contribuintes poderão atualizar o valor do imóvel na declaração do Imposto de Renda em troca do pagamento imediato do tributo com alíquotas reduzidas. A **Receita Federal** publicou uma instrução normativa que regulamenta a possibilidade, autorizada pela Lei 14.973, que estabeleceu a reoneração gradual da folha de pagamento até 2027.

Até agora, a legislação não permitia a atualização do valor de compra dos imóveis na declaração do Imposto de Renda, exceto nos casos de reforma e ampliação devidamente comprovados. A lei permite a atualização do valor na declaração, recolhendo o tributo sobre o ganho de valor antecipadamente, com alíquotas reduzidas.

A medida beneficia tanto pessoas físicas como empresas, mas só é vantajosa para quem pretende vender o imóvel no médio e no longo prazo. Para a pessoa física, será aplicada uma alíquota de 4% de Imposto de Renda sobre a diferença do valor de compra do imóvel e o valor atualizado. As empresas pagarão 6% de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e 4% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Atualmente, as pessoas físicas pagam de 15% a 22,5% de Imposto de Renda sobre o ganho de capital (valorização do bem ao longo do tempo) no momento da venda do imóvel. As pessoas jurídicas geralmente pagam 15% de IRPJ e 9% de CSLL, totalizando 24%, mas a soma dos dois **tributos** pode atingir 34%, dependendo do regime de tributação da empresa.

## Dedução

As alíquotas cobradas na venda do imóvel não mudaram. No entanto, a Receita permitirá que quem atualizou o valor do imóvel na declaração deduza, da base de cálculo, a diferença entre o montante atualizado e o montante antes da atualização. Isso resulta em pagamento de menos **tributos** para quem aproveitou o benefício.

Quem vender o imóvel até três anos após a atualização não poderá deduzir nada. A partir do quarto ano, a parcela a ser descontada aumenta oito pontos percentuais ao ano sobre o valor da diferença - entre o valor atualizado e antes da atualização - até atingir 100% depois de 15 anos. Somente a partir do 16º ano, a dedução será total. Na prática, o benefício será proveitoso apenas para quem trocar de imóvel a partir do nono ou do décimo ano após a atualização.

## Procedimento

Os interessados em atualizar o valor do imóvel na declaração deverão apresentar a Declaração de Opção pela Atualização de Bens Imóveis (Dabim). O documento está disponível a partir desta terça-feira no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da **Receita Federal**.

## Site:

<https://diariodeuberlandia.com.br/arquivos/assinaturas/2376/26-09-2024%20-%20QUINTA-FEIRA.pdf>

# Valor de imóvel pode ser atualizado no IR

Brasília - Até 16 de dezembro, os contribuintes poderão atualizar o valor do imóvel na declaração do Imposto de Renda em troca do pagamento imediato do tributo com alíquotas reduzidas. A **Receita Federal** publicou uma instrução normativa que regulamenta a possibilidade, autorizada pela Lei 14.973, que estabeleceu a reoneração gradual da folha de pagamento até 2027.

Até agora, a legislação não permitia a atualização do valor de compra dos imóveis na declaração do Imposto de Renda, exceto nos casos de reforma e ampliação devidamente comprovados. A nova lei permite a atualização do valor na declaração, recolhendo o tributo sobre o ganho de valor antecipadamente, com alíquotas reduzidas.

A medida beneficia tanto pessoas físicas como empresas, mas só é vantajosa para quem pretende vender o imóvel no médio e no longo prazo. Para a pessoa física, será aplicada uma alíquota de 4% de Imposto de Renda sobre a diferença do valor de compra do imóvel e o valor atualizado. As empresas pagarão 6% de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e 4% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Atualmente, as pessoas físicas pagam de 15% a 22,5% de Imposto de Renda sobre o ganho de capital (valorização do bem ao longo do tempo) no momento da venda do imóvel. As pessoas jurídicas geralmente pagam 15% de IRPJ e 9% de CSLL, totalizando 24%, mas a soma dos dois **tributos** pode atingir 34%, dependendo do regime de tributação da empresa.

**Dedução** - As alíquotas cobradas na venda do imóvel não mudaram. No entanto, a Receita permitirá que quem atualizou o valor do imóvel na declaração deduza, da base de cálculo, a diferença entre o montante atualizado e o montante antes da atualização. Isso resulta em pagamento de menos **tributos** para quem aproveitou o benefício.

Quem vender o imóvel até três anos após a atualização não poderá deduzir nada. A partir do quarto ano, a parcela a ser descontada aumenta oito pontos percentuais ao ano sobre o valor da diferença - entre o valor atualizado e antes da atualização - até atingir 100% depois de 15 anos. Somente a partir do 16º ano, a dedução será total. Na prática, o benefício será proveitoso apenas para quem trocar de imóvel a partir do nono ou do décimo ano após a atualização.

Os interessados em atualizar o valor do imóvel na declaração deverão apresentar a Declaração de Opção pela Atualização de Bens Imóveis (Dabim). O documento já está disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) da **Receita Federal**.

O projeto de lei do Orçamento de 2025, enviado ao Congresso no fim de agosto, não prevê quanto o governo pode arrecadar com a antecipação de **tributos**. Segundo o governo, não foi possível fazer os cálculos porque o impacto sobre os cofres federais dependeria da velocidade da equipe econômica em regulamentar a medida. (ABr)

**Site:**

<https://arede.info/jornaldamanha/magicEdition/Page?editIonId=2213&pageNumber=16&InZoom=True>

# Brasil pode ter R\$ 500 milhões em projetos suspensos

**THYAGO HENRIQUE**

A indústria brasileira suspenderá investimentos caso o Mercosul e a China fechem um acordo de livre comércio. Dos R\$ 826 bilhões programados para 2023-2027, por setores da Coalizão Indústria, composta por 14 entidades que representam 13 áreas da indústria de transformação, da construção civil e do comércio exterior, R\$ 500 bilhões serão suspensos de imediato.

É o que afirma o coordenador da Coalizão, Marco Polo de Mello Lopes. Na avaliação dele, o acordo - ainda sem prazo ou garantia de conclusão, embora esteja em debate, sobretudo pelo presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou - não pode prosperar, porque as empresas nacionais já estão sofrendo prejuízos com um "tsunami" de produtos chineses inundando o Brasil.

Um dos grandes afetados pelas exportações da China, que poderiam ser facilitadas com parceria de livre comércio entre o país e o Mercosul, é a siderurgia, que tem amargado queda na demanda interna em razão da entrada de aço chinês. Após um longo tempo de negociação, o setor conseguiu que o governo implementasse um mecanismo de defesa comercial em junho, porém, a medida ainda não surtiu efeito, já que as importações bateram recorde nos meses seguintes.

Também presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Lopes diz que, nos primeiros três meses da portaria em vigor, as importações de nove produtos listados na regra temporária (válida por 12 meses), somaram 625 mil toneladas, das quais 46% entraram pelo regime de cota e 54% pagando 25% de imposto de importação ou por outros regimes. Analisando os números, segundo ele, a foi identificado um crescimento de mais de 100% na entrada de itens pelo Porto de Manaus.

Apuração - O dirigente diz que é cedo para fazer uma análise da eficiência do sistema de cota-tarifa, entretanto, esse aumento incomum registrado na infraestrutura portuária sinaliza que algo não está funcionando de modo adequado. Conforme ele, o próprio Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) acionou o Ministério Público, **Receita Federal**, Polícia Federal e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para verificar o ocorrido.

"É um momento extremamente delicado, que precisamos ter uma atenção redobrada junto com o governo para que consigamos ver de que maneira paramos esse 'tsunami'", disse o presidente do Aço Brasil em coletiva de imprensa da Coalizão Indústria ontem (25).

"Existem mecanismos que podem ser analisados em conjunto desde que o governo tenha disposição política para preservar e defender, a exemplo do que outros países estão fazendo, a indústria, empregos, mercado e investimentos", enfatizou Marco Polo sobre o que poderia ser implementado para solucionar os problemas da siderurgia decorrentes das importações chinesas.

## INVESTIMENTOS PREVISTOS PELO SETOR INDUSTRIAL

Construção: R\$ 200 bilhões Alimentos: R\$ 150 bilhões Máquinas e Equipamentos: R\$ 87,3 bilhões Transformados em Plástico: R\$ 83 bilhões Aço: R\$ 81,7 bilhões Automotivo: R\$ 81 bilhões Têxtil: R\$ 41 bilhões Eletroeletrônico: R\$ 35 bilhões Cimento: R\$ 27,6 bilhões Farmacêutico: R\$ 21 bilhões Calçados: R\$ 10,2 bilhões Brinquedos: R\$ 8 bilhões

"Um dos grandes afetados pelas exportações da China, que poderiam ser facilitadas com parceria de livre comércio entre o país e o Mercosul, é a siderurgia"

Importações de têxteis estão em alta

As demais lideranças da Coalizão Indústria que participaram da coletiva também expuseram suas preocupações com as importações de aço, entre elas, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Fernando Pimentel, e o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Márcio de Lima Leite.

Pimentel afirmou que as importações de têxteis cresceram 13% entre janeiro e julho, dez vezes mais do que a produção, que expandiu 3,6%. Conforme ele, se os produtos chineses continuarem entrando no País como estão e, se porventura, prosperar um acordo de livre comércio do Mercosul com a China, será um desastre para as indústrias e, em particular, a de

confeção.

Por sua vez, Leite destacou que os emplacamentos subiram exponencialmente e de forma surpreendente de janeiro a agosto, porém, a produção não está crescendo tanto quanto o desejado. Um dos motivos para isso, segundo ele, são as importações, que subiram 35% entre os veículos já emplacados e 70% considerando os que estão em estoque nas montadoras e concessionárias.

"O volume importado pela indústria automobilística proveniente de produtos da China cresceu 800%. Se analisarmos apenas os emplacamentos, tivemos um crescimento de 339%", pontuou. (TH)

**Site:**

**<https://arede.info/jornaldamanha/magicEdition/Page?editionId=2213&pageNumber=16&InZoom=True>**

# Receita convoca todos os aprovados

A **Receita Federal** anunciou na terça-feira, 24, a convocação de todos os 1.217 aprovados no mais recente concurso de auditores e analistas. O reforço na fiscalização está em sintonia com os esforços do Ministério da Fazenda para melhorar a arrecadação, equilibrar as contas e cumprir as regras fiscais, ante a desconfiança do mercado financeiro em relação às contas do governo.

Na divulgação, a Receita destaca que os 'investimentos históricos em pessoal e infraestrutura' seguem a orientação do ministro Fernando Haddad, de "promover o fortalecimento da **Receita Federal**, reconhecendo-a como instituição essencial para o desenvolvimento social e econômico do País".

O governo definiu a convocação dos aprovados no concurso como o 'maior investimento da **Receita Federal** na recomposição dos seus quadros em mais de uma década'.

O anúncio foi feito pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, e pelo secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação, José Lopez Feijóo, acompanhados dos presidentes dos sindicatos dos auditores fiscais e dos analistas tributários, Isac Falcão e Thales Freitas.

A Receita informou que os 1.217 agentes convocados "se dedicarão prioritariamente a orientar e atender os contribuintes, dentro da nova visão da **Receita Federal**, voltada à conformidade tributária, além de reforçar os trabalhos de inteligência e a proteção das fronteiras brasileiras".

O secretário da Receita salientou que o reforço no número de auditores e analistas é em quase 10%. O último concurso da Receita foi em 2014, quando apenas 278 auditores fiscais foram contratados.

A Receita também destacou que, nos dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tem realizado investimentos 'recordes', superiores a R\$ 400 milhões.

Destacou 'aquisições estratégicas', como a primeira aeronave própria da Receita para ações de inteligência e repressão, drones e equipamentos de segurança, além de constar do plano de investimento a aquisição de novas lanchas e aeronaves de menor porte para complementar a estratégia de atuação nacional.

Secretário salientou que o reforço no número de auditores e analistas é em quase 10%

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12771/26-09-2024.html>

# TCU determina prazo para o INSS

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem prazo de um ano para o **INSS** implementar plano de ação que reduza pendências ou inconsistências em cadastros de beneficiários.

O objetivo, entre outros, é reduzir erros no processo de análise automatizada do perfil de quem pede aposentadoria. O **INSS** também deverá melhorar a comunicação eletrônica com os aposentados e comprovar se, de fato, os interessados receberam, por exemplo, e-mails, o que deverá ser feito por comprovantes de recebimento.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11217>

# Aposentadorias

O editorial do GLOBO do último domingo declara que o funcionário público do Executivo se aposentar com o último salário recebido e ter reajustes salariais iguais aos da ativa é inaceitável. Militares, Executivo, Legislativo e Judiciário. São todos funcionários públicos. Se não fosse o público, eles não precisavam existir. Sempre que ocorrem movimentos de apertos salariais, o alvo são funcionários do Executivo, como se eles tivessem os maiores salário dentre essas categorias, enquanto os outros grupos recebem benesses, como, por exemplo, as famigeradas indenizações do Judiciário.

LUIZ TORRES COSTA FILHO

RIO

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Evento debaterá soluções para o descaminho

**CARLA MELO**

De 7 a 10 de novembro, representantes de postos de revendas de combustíveis vão se reunir, na Costa do Sauípe, para discutir a adulteração de combustíveis na Bahia e a sonegação de **impostos**, através do descaminho dos produtos. O descaminho refere-se a ato de iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

"O descaminho é, hoje, o que mais preocupa o segmento. Essa prática criminosa é a sonegação, a adulteração do produto, que atinge não só o consumidor, mas toda a sociedade e principalmente o Estado, que deixa de arrecadar aquele recurso que seria originalmente da sociedade, e que alguém acaba se apoderando disso", explicou o presidente do Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências do Estado da Bahia (Sindicombustíveis), Walter Tannus, durante visita institucional no Grupo A TARDE ontem.

Além disso, o 18º Encontro de Revendedores de Combustíveis do Nordeste, realizado pelo Sindicombustíveis da Bahia, deve reunir entre 1 mil e 1,2 mil pessoas em torno de outras temáticas, como a **reforma tributária**. Estão previstos para participar como palestrantes o ex-ministro da Economia Paulo Guedes, além de representantes do governo federal, da segurança pública e de fiscalização brasileira, como a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP). "É um evento que agrega o Brasil todo, não fica restrito ao Nordeste, com pessoas de todos os estados", disse Tannus.

Durante a visita, os representantes das revendas foram convidados a participar da Feira Internacional da Agropecuária (Fenagro), que retorna este ano com a 33ª edição em Salvador.

LEIA MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

**Site:**

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_2AA8C161369E7515A1CAA74253D5DB7E49C930D9FE5D856F6389AC9B27C498F05967C9A6E591CCBCC00ABCEB1A996FBB37107E917006F747CA49ACD9CF0C570513B7E5337AE7F21CABEFEE22B73C1A6C950AE091FC443E464A323EE993E35B4E28C330DE71E610D0445BC0D80AC03FC2DC04DDFC053C23E048275](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_2AA8C161369E7515A1CAA74253D5DB7E49C930D9FE5D856F6389AC9B27C498F05967C9A6E591CCBCC00ABCEB1A996FBB37107E917006F747CA49ACD9CF0C570513B7E5337AE7F21CABEFEE22B73C1A6C950AE091FC443E464A323EE993E35B4E28C330DE71E610D0445BC0D80AC03FC2DC04DDFC053C23E048275)

# CNC vai ao STF pedir proibição de bets

» **EDUARDA ESPOSITO** » **FERNANDA STRICKLAND** »  
**RENATO SOUZA**

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ingressou, ontem, com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a proibição dos jogos de apostas on-line em todo o país. De acordo com a entidade, esse tipo de plataforma está corroendo as finanças das famílias brasileiras, especialmente as mais pobres. Na ação, a CNC pede a suspensão da Lei 14.790/2023, conhecida como "Lei das Bets".

A entidade afirmou que a legislação "está causando graves impactos sociais e econômicos".

Um estudo realizado pela Confederação apurou que, entre 2023 e 2024, "os brasileiros gastaram, aproximadamente, R\$ 68 bilhões em apostas, valor que representa 22% da renda disponível das famílias no período".

A questão das bets está dando o que falar e está preocupando bastante a equipe econômica.

Dados recentes do Banco Central indicam que o gasto com brasileiros com apostas on-line é crescente e, atualmente, gira em torno de R\$ 20 bilhões por mês por meio de transferências Pix.

Segundo a CNC, "a disseminação desenfreada das apostas on-line estaria criando um ciclo de dependência, principalmente entre os mais vulneráveis, o que tem levado à redução do consumo de bens essenciais e afetado diretamente o comércio".

Com isso, mais de 1,3 milhão de brasileiros já se encontram inadimplentes devido às apostas em cassinos on-line.

Endividamento A Confederação também destacou que revisou para baixo sua projeção de crescimento do setor varejista em 2024, de 2,2% para 2,1%, reflexo direto do desvio de consumo das famílias para as apostas. "Estima-se que o comércio possa perder até R\$ 117 bilhões por ano em faturamento devido ao crescimento dessas atividades. A ADI alerta para o crescente envolvimento de menores de idade nas apostas, "facilitado pelo uso de celulares e aplicativos", completou o documento da CNC.

Por outro lado, a Confederação defendeu a regulamentação de cassinos físicos. De acordo com a

entidade, eles poderiam gerar empregos e gerar arrecadação de **impostos** ao Estado. "A regulamentação dos cassinos físicos poderia gerar até 1 milhão de empregos diretos e indiretos, além de R\$ 22 bilhões em arrecadação anual para o governo", afirmou o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

Outra entidade que também não concorda com a regularização das bets é o Conselho Regional de Economia da 2ª Região (Corecon-SP).

De acordo com Pedro Afonso Gomes, presidente do Corecon-SP, as bets atrapalham a economia e prejudicam o desenvolvimento econômico. "As bets são concentradoras de riqueza, amealham recursos de muitas pessoas para conceder o ganho mais aos donos das empresas e um pouco aos apostadores. Gastam algumas fortunas patrocinando meios de comunicação e entidades para amealhar mais apostadores. São um caminho usado em todo o mundo, não só no Brasil, para a lavagem de dinheiro", ressaltou Afonso Gomes.

O órgão não é o único que vê problemas nas atividades das casas de apostas on-line. Além da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) já ter demonstrado sua opinião contrária às casas de apostas, na última terça-feira, várias entidades assinaram um manifesto em que alertam o crescimento desenfreado das apostas eletrônicas e suas graves consequências sociais, econômicas e de saúde pública. São elas: Associação Brasileira de Franchising (ABF), Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos e Serviços para o Varejo (Abiesv), Associação Brasileira das Indústrias Ópticas (Abióptica), Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Associação Brasileira de Marcas Próprias e Terceirização (Abmapro), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex), Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (Abved), Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (Afrac), Associação Nacional de Restaurantes (ANR), Associação Brasileira de Strip Malls (Abmalls), Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) e Instituto Foodservice Brasil (IFB).

O manifesto traz cinco pontos principais e cinco razões para reflexão e ação conjunta. Alguns deles são: alertar o desvio de dinheiro de programas sociais,

como o Bolsa Família e da renda básica, principalmente de famílias de classes mais baixas. E também que as entidades irão atuar juntas pela regulação de publicidade ligadas às bets e pela proibição do uso do cartão de crédito em apostas.

Regulação De acordo com a economista e coordenadora de políticas públicas da Associação Livres, Deborah Bizarria, a regulação tem seus pontos positivos, como gerar mais arrecadação de **impostos** para o estado e a proteção do consumidor. "Permite ao governo aumentar a receita fiscal por meio da cobrança de **impostos** sobre as operações de apostas.

Pode atrair investimentos estrangeiros, já que empresas internacionais veem o país como um mercado organizado e tentam expandir seus negócios. Há também a possibilidade de combater as consequências ruins e não intencionais que elas podem gerar para a sociedade", disse.

Segundo Bizarria, com regras claras e bem definidas, é possível criar mecanismos que reduzam danos como gastos excessivos e dificultem o desenvolvimento de vícios relacionados ao jogo. "A proteção ao consumidor também é fortalecida, pois a fiscalização ajuda a prevenir fraudes e práticas desleais, além de coibir a propaganda enganosa que apresenta as apostas como uma forma fácil de ganhar dinheiro", detalhou.

Por outro lado, há também pontos negativos, como implementar um sistema eficiente para a fiscalização e o combate ativo contra lavagem de dinheiro. "Implementar e manter um sistema de fiscalização eficiente pode representar um custo elevado para o governo. Há necessidade de mecanismos de combate à lavagem de dinheiro nesse mercado específico. Além disso, o impacto social não pode ser subestimado, já que problemas como o vício em jogos podem se intensificar, gerando custos sociais que precisam ser abordados na regulação", afirmou a economista.

Irregularidades Um estudo do Banco Central, pedido pelo Senador Omar Aziz (PSD-AM), revelou que 56 bets no Brasil não estão corretamente classificadas no setor econômico apropriado, mas são elas que produzem a maior receita: R\$ 20,8 bilhões.

Enquanto isso, outras 520 corretamente classificadas tiveram uma receita bem menor, de R\$ 300 milhões.

O órgão responsável pela regularização das casas de apostas on-line é o Ministério da Fazenda.

Esses valores são para agosto deste ano, a pasta

informou que "são resultados preliminares, dado que o aprofundamento da análise ainda está em desenvolvimento".

O documento também mostrou o perfil dos jogadores, a maioria está na casa dos 20 aos 30 anos apostando mensalmente, em média, R\$ 100. Enquanto a minoria, acima dos 60, apostar cerca de R\$ 3 mil.

O Banco Central também estimou que cerca de cinco milhões de pessoas pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família enviaram R\$ 3 bilhões às empresas de apostas, utilizando a plataforma Pix. "A mediana dos valores gastos por pessoa é de R\$ 100. Dessas pessoas apostadoras, quatro milhões (70% do total) são chefes de família (quem de fato recebe o benefício) e enviaram R\$ 2 bilhões (67%) por Pix para as bets", afirmou o estudo. O BC também revelou que cerca de 17% dessas pessoas que receberam o auxílio apostaram no último mês.

A conclusão do Banco Central é que as famílias de baixa renda são as mais prejudicadas. "É razoável supor que o apelo comercial do enriquecimento por meio de apostas seja mais atraente para quem está em situação de vulnerabilidade financeira", acrescentou a instituição.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6456/26-09-2024.html?all=1>

# CNC pede ao STF suspensão da Lei das Bets; varejistas defendem regulação

*Flávia Maia De Brasília*

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo a suspensão imediata da "Lei das Bets", que regulamentou as apostas esportivas on-line no Brasil desde dezembro de 2023. A entidade aponta que os jogos estão desencadeando endividamento das famílias, o que prejudica economia, comércio varejista e desenvolvimento social. O relator é o ministro Luiz Fux, que analisa outra ação sobre o tema na Corte.

A CNC pede que o STF dê uma liminar suspendendo a Lei das Bets (14.790/2023) porque defende que a popularização das apostas de cota fixa ("bets") vem gerando "nefastas consequências negativas", em decorrência do aumento dos níveis de endividamento das famílias e o redirecionamento dos gastos, uma vez que as famílias estão deixando de comprar bens e serviços para gastar com jogos de apostas on-line.

Para a CNC, a lei é inconstitucional porque viola a livre iniciativa, a ordem econômica e o dever do Estado de garantir a saúde da população. Na avaliação de empresários do setor de jogos e consultores, existe a necessidade de uma regulamentação do segmento, mesmo que as regras em debate ainda precisem de um aprimoramento.

"A lei das bets ajuda a separar o joio do trigo. Ela é fundamental para uma profissionalização do mercado, para impedir a exploração do setor por empresas que não respeitam o jogo responsável", diz um diretor de uma das maiores bets do país.

Outra fonte do setor afirma que, ao deixar o país sem qualquer legislação, o Brasil volta a ter um mercado sem qualquer controle, e ainda afeta a arrecadação futura do governo com **impostos** sobre as empresas.

Na petição apresentada à Corte, a CNC traz um estudo em que demonstrou que jogos de apostas on-line retiraram R\$ 1,1 bilhão do comércio, apenas no primeiro semestre do ano, e o setor varejista enfrenta potencial redução de até 11,2% no faturamento. De acordo com a CNC, os jogos legalizados geram mudanças no comportamento dos consumidores.

"O que se verifica, após a edição da norma aqui

impugnada, é a perceptível mudança no comportamento dos consumidores das classes C, D e E que deixaram de alimentar a economia local, e passaram a direcionar boa parte de sua renda aos jogos de apostas on-line, acreditando ser esta a solução de sua situação financeira precária".

A CNC aponta ainda que, segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, apenas 36% dos que já ganharam dinheiro com apostas on-line usam o valor com outros gastos. "Isso reforça a percepção de que grande parte do 'turno-ver' (valor total de apostas realizadas) fica dentro do próprio ecossistema, não retornando à economia local para ser gasto com o setor de consumo de bens e serviços, por exemplo." A entidade defende que os jogos podem causar compulsividade e são prejudiciais para crianças e adolescentes, e diz que os mecanismos de proteção aos consumidores dos jogos são insuficientes.

"Portanto, ainda que a lei estabeleça parcamente a obrigatoriedade de práticas de 'jogo responsável', visando a mitigar o impacto negativo do endividamento, impondo meras limitações à publicidade enganosa e estabelecendo políticas insatisfatórias de prevenção aos transtornos psicológicos relacionados ao jogo, mesmo assim, o impacto das práticas reiteradas do jogo de apostas atualmente é um risco para toda a sociedade." A lei, aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abrange apostas virtuais e físicas, eventos esportivos reais e jogos on-line. Também estabelece critérios sobre tributação e normas para exploração do serviço.

No Supremo, há outra ação contra a lei ajuizada pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Acre, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e pelo Distrito Federal. As unidades questionam dois dispositivos da lei - o que proíbe que um mesmo grupo econômico ou empresa obtenha concessão para explorar os serviços lotéricos em mais de um Estado e no Distrito Federal e aquele que restringe a publicidade do serviço onde ele é efetivamente prestado. (Colaborou Adriana Mattos)

"O que se verifica é a mudança dos consumidores das classes C, D e E" CNC

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187995?page=2>

**&section=4**

# É preciso antecipar monitoramento e fiscalização das bets (Editorial)

Desde que o Congresso aprovou, no final do ano passado, a legalização das empresas que oferecem apostas on-line (em especial as esportivas), conhecidas como bets, o crescimento do mercado tem sido explosivo. De acordo com uma nota técnica do Banco Central (BC) publicada nesta semana, as transferências de dinheiro às empresas de apostas variaram de R\$ 18 bilhões a R\$ 21 bilhões por mês neste ano. O BC estima que 24 milhões de brasileiros apostaram no período, tanto em sites de apostas legais -tecnicamente identificadas como "de quota fixa" - quanto nos jogos de azar que permanecem ilegais - como o popular "jogo do tigrinho". Em agosto, o valor médio apostado flutuou de R\$ 100, para os mais jovens, a R\$ 3 mil, para os mais velhos.

Desde o início do ano, o Ministério da Fazenda tem baixado diversas portarias destinadas a mitigar os riscos associados à proliferação das apostas, em particular o vício e o endividamento excessivo. Elas estipulam que cabe aos sites fiscalizar o comportamento dos usuários por meio de ferramentas analíticas e de métodos para avaliar o perfil dos apostadores, além de informar desde o cadastro os perigos associados à dependência dos jogos. As regras também impõem restrições à propaganda e às estratégias adotadas para atrair os clientes, protegendo menores e outros grupos vulneráveis. São medidas positivas e necessárias. Ontem algumas empresas anteciparam para outubro a entrada em vigor da proibição ao uso de cartões de crédito nas apostas, antes prevista para janeiro. E o governo pretende antecipar o bloqueio de plataformas que não estiverem registradas oficialmente. Ainda falta, porém, implementar de modo eficaz o monitoramento e a fiscalização constante dos apostadores.

E é isso o que tem gerado problemas. Enquanto persistir essa omissão, as distorções continuarão. O exemplo mais eloquente é a constatação, feita pelos técnicos do BC, de que em agosto ao menos 5 milhões de brasileiros de lares beneficiários do programa Bolsa Família, ou 17% dos cadastrados, enviaram R\$ 3 bilhões às bets. Mais da metade apostou mais de R\$ 100 -o benefício médio recebido naquele mês foi R\$ 681. Trata-se de um desvirtuamento do propósito do programa, destinado a garantir condições de subsistência aos miseráveis -e de mais uma prova da perda de foco daquele que já foi exemplo de política social de sucesso.

Nos países que legalizaram as apostas on-line, tem havido um debate robusto sobre como lidar com seus efeitos negativos. E importante destacar que os apostadores problemáticos representam uma minoria, que pode ser facilmente identificada e monitorada por meio dos mecanismos estabelecidos na regulamentação. Uma vez diagnosticados, os casos de transtornos psíquicos associados ao jogo devem ser objeto de acompanhamento médico. Obviamente, os indivíduos afetados por eles devem ser proibidos de apostar.

Ao mesmo tempo, tem sido inegável o efeito positivo trazido pela arrecadação de **impostos** com uma atividade que antes permanecia nas sombras. Nos Estados Unidos, estima-se que as empresas de apostas faturem US\$ 14,3 bilhões neste ano, com 11% da população usando aplicativos para jogar. Na União Europeia, o faturamento apenas das apostas esportivas é avaliado em US\$ 11,7 bilhões. No Reino Unido e na Austrália, US\$ 4,5 bilhões.

Diversos países têm adotado restrições à publicidade para tentar coibir o jogo compulsivo. No Brasil, desde o início do ano -antes, portanto, da regulamentação da Fazenda -, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) estabeleceu regras para os anúncios das bets. O Conar tem longo histórico de sucesso na autorregulação publicitária, justamente para defender os consumidores de abusos. Suas regras para a publicidade de apostas revelam sensatez.

Estabelecem que anúncios devem se destinar exclusivamente ao público adulto, sem estímulos ao exagero ou ao jogo irresponsável. Não podem prometer ganhos certos, fáceis ou elevados, nem associar apostas ao sucesso, sugerir-las como alternativa ao emprego ou promovê-las como meio de recuperar valores financeiros. Também devem respeitar os princípios da discriminação clara dos anunciantes responsáveis, identificar-se como destinados ao público adulto e conter cláusulas de advertência sobre os riscos associados às apostas. Desde que essas regras estão em vigor, a esmagadora maioria das reclamações registradas no Conar se refere a conteúdos veiculados pelas plataformas digitais na internet, e não a anúncios nos veículos e meios de comunicação tradicionais.

O fundamental, tanto na regulamentação publicitária quanto na financeira, é com o tempo avaliar os efeitos das regras e, se for o caso, torná-las mais rigorosas para que o mercado possa funcionar dentro de limites aceitáveis em que as apostas sejam uma diversão, e não um vício. Qualquer proposta que vise à proibição pura e simples será irrealista. As bets cresceram fortemente no período em que não eram permitidas. E continuarão crescendo se proibidas, sem regulamentação nenhuma. Não foi à toa que Estados Unidos e países da Europa decidiram permiti-las e regulamentá-las. O que os dados divulgados pelo BC nesta semana demonstram é a necessidade urgente de entrar em vigor a regulamentação que ainda falta. É essencial implementar quanto antes o monitoramento e a fiscalização, para que haja maior garantia de segurança e de saúde no mercado de apostas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Dívida alta, escalada dos juros e bilhões gastos em "bets" podem frear economia

**Adriana Mattos De São Paulo**

O nível de endividamento elevado da população, maior peso das "bets" no orçamento e pressões inflacionárias ainda altas devem levar a uma perda de ritmo da economia no curto prazo. Somado a isso, a perspectiva de aumento da taxa básica de juros pelo Banco Central (BC), para tentar desacelerar o avanço dos preços no mercado, também afeta o ambiente econômico, segundo empresários e associações ouvidas.

Apesar do maior crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e da renda do trabalhador neste ano, a percepção de analistas e das companhias é que há novas variáveis, com peso relevante, impactando de forma contrária o processo de recuperação do consumo do país.

Ontem, o IBGE divulgou o IPCA-15 de setembro, uma prévia da **inflação** do período, que alcançou 0,13%, e mesmo com a desaceleração frente a agosto (quando a taxa atingiu 0,19%) economistas entendem que o Comitê de Política Monetária (Co-pom) deve manter o processo de alta dos juros, que encarece crédito e eleva o custo da dívida da população.

Após a publicação do IPCA-15, diversos relatórios de economistas divulgados mantiveram essa expectativa de alta na Selic nas próximas reuniões do comitê.

Nesse ambiente, novos dados divulgados ontem sobre endividamento mostram que, após o pagamento de uma dívida, oito em cada dez brasileiros retornaram para os cadastros de negativação menos de um ano após quitar a dívida negociada, segundo o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), informou o site "O Globo".

O nível de endividamento alcançou 78% das famílias em agosto, acima dos 77,4% do ano anterior, informou neste mês a CNC, a confederação do comércio e turismo.

Neste momento, um novo fator de pressão, relativo à expansão veloz dos gastos dos brasileiros nas "bets" e nos jogos de azar, ganhou peso nessas projeções para o ano.

Ontem, esse tema foi central nas discussões de

empresários e do governo, em São Paulo e em Brasília, depois que o BC divulgou uma análise técnica, na terça-feira (24). No documento, o BC revela que, por mês, os gastos médios da população com jogos e apostas variaram entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhão por mês, segundo estimativa. Beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões só em agosto, equivalente a 14% dos desembolsos totais do mês. No ano, 17% dos cadastrados no programa já fizeram apostas virtuais.

Como o Valor antecipou ontem, de forma anualizada, são R\$ 230 bilhões em gastos, que equivalem a 15% de todo o faturamento do comércio brasileiro projetado em 2024. Representa, por exemplo, duas vezes tudo que o Canefour, fatura no ano. A soma ainda supera as projeções de relatórios de consultorias, que estimavam até R\$ 130 bilhões com gastos em "bets".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as "bets" têm que ser tratadas como a indústria do cigarro e reclamou da demora na regulamentação do setor.

"Esse avanço exponencial das bets e dos joguinhos pode atrapalhar nas perspectivas de retomada econômica do governo para o ano", disse ontem Jorge Gonçalves Filho, presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV).

A entidade se reuniu na segunda-feira (23) com o vice-presidente Geraldo Alckmin, a pedido do próprio. O Valor apurou que, no encontro foram apresentados números de impacto no consumo e sugestões para criar "travas" de gastos de beneficiários do Bolsa Família que usam recursos do programa nas apostas.

"O país está tentando se recuperar de uma crise econômica num cenário ainda difícil. E as "bets" não podem crescer sem seguir a lei, dentro na nova regulamentação em discussão, e pagar seus **impostos**", diz Mauro Francis, presidente da Ablos, a associação dos lojistas de shoppings. A Ablos também esteve com Alckmin.

"Nós entendemos que o dinheiro do Bolsa Família é do Brasil, da população que paga **impostos**, e não pode ir para jogos. É um dinheiro para ajudar a pessoa a melhorar de vida, e não a colocar em jogos de azar", disse ele. Uma das hipóteses levadas ao vice-

presidente é vincular a base de dados das empresas de apostas ao cadastro do Bolsa Família. E quando o beneficiário do programa entrar nas plataformas, ele será impedido de se "logar" ou terá limitações para gastos.

Ontem, o ministro Haddad disse que o governo federal terá um sistema de controle para impedir apostas online com cartão de crédito para pessoas que identificarem dependência. Atualmente, as operadoras de jogos dizem que a grande maioria das transações ocorre por PIX, mas há um volume menor com cartões também.

O ministro não informou, porém - e as portarias sobre o tema publicadas após a aprovação da "Lei das Bets" também não informam - como isso seria feito, e quais os critérios para definir dependência. O texto vago da lei e das portarias é algo que têm preocupado tanto as empresas de apostas quanto o comércio varejista.

"Esse aspecto do cartão já era uma questão que estava na Lei das Bets, válida após lo de janeiro, e que está sendo antecipada para outubro pelo governo", afirmou o presidente do IDV.

Segundo Francis, da Ablos, Alckmin deve apresentar o tema dos efeitos dos jogos na economia em reunião com o presidente Lula e ministros da Saúde e da Justiça, a ser marcada após a volta de Lula da Assembleia Geral da ONU, em Nova York.

De acordo com Gonçalves, do IDV, as discussões do instituto junto ao governo é para definir novas regras de controle dentro da atual regulamentação da Lei das Bets, em discussão hoje.

Semanas atrás, os presidentes de grupos como o GPA, dono do Pão de Açúcar, e a Plurix, empresa que reúne 170 supermercados, afirmaram ao Valor que o varejo tem reagido à melhora do emprego e da renda neste ano. Mas que essa retomada nas vendas seria mais acelerada se não fosse o crescimento das bets e dos jogos que operam de forma irregular.

"O nível de comprometimento de renda da população com dívida ainda tem um impacto no setor. Mas esse tema [das apostas desviando recursos do consumo] também entra, e é o debate principal que está ocorrendo nas associações, como na Abras [associação dos supermercados]. Está todo mundo tentando entender o que está acontecendo", disse Jorge Faiçal, presidente da Plurix.

A questão dos controles sobre os jogos é polêmica e já é alvo de críticas das associações de jogos e de empresas de "bets" ouvidas pelo Valor.

Há um entendimento entre empresários do segmento de jogos que os recursos da população, inclusive do Bolsa Família, devem ser usados de acordo com a liberdade individual do cidadão. E não cabe ao Estado tutelar o bolso do consumidor.

"A função do Estado é ajudar a desenvolver educação financeira, e não dizer onde as pessoas têm que gastar", disse o diretor de uma das maiores bets do país.

Além disso, uma segunda fonte do segmento questiona a metodologia dos cálculos do relatório do BC, para chegar nos cerca de R\$ 20 bilhões de gastos ao mês. E diz que o comércio varejistas busca se proteger da concorrência dos jogos, "quando deveria buscar formas de ser mais eficiente e de vender mais", afirmou.

Sobre o tema, a analista Dannie-la Eiger, responsável pela cobertura de varejo na XP, disse que, teoricamente, os gastos com jogos afeta inicialmente, setores mais dependentes da renda da população (como o alimentar) e menos os grupos dependentes de crédito. Mas um aumento acelerado dos gastos em jogos ou na inadimplência acaba impactando de forma mais generalizada as empresas.

" O dinheiro do Bolsa Família é do Brasil, do povo que paga **impostos**. Ajuda as pessoas que precisam e não pode ir para isso" Mauro Francis

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187995?page=2&section=4>

# SP perde R\$ 1,6 bilhão em impostos com vapes

**MARCELO GODOY**

O mercado ilegal de cigarros eletrônicos, também conhecidos como vapes, cresce ano a ano no País. Se fosse cobrar os **impostos** estaduais e federais dos responsáveis por esse comércio, o Estado de São Paulo arrecadaria R\$ 1,65 bilhão anualmente.

Isso é o que mostra uma pesquisa inédita feita pela Escola de Segurança Multidimensional (ESEM), do Instituto de Relações Internacionais (IRI), da Universidade de São Paulo (USP), divulgada ontem.

De acordo com o estudo, o consumo dos vapes não para de crescer no País. E a razão é simples, como explica o professor Leandro Piquet, coordenador do ESEM-USP: "Apesar de proibido, redes criminosas nacionais e transnacionais, organizadas ou não, estão suprindo a oferta de forma eficiente e eficaz, praticando preços condizentes com o mercado brasileiro e, nesse ínterim, canalizando recursos econômicos para outras atividades criminosas, como corrupção de agentes públicos, tráfico de armas, tráfico de drogas, entre outros".

Atualmente, explica Piquet, "o cigarro eletrônico vive uma situação intermediária no País". A venda e a publicidade de vapes, ou dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), são proibidas desde 2009 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). E, em abril, a agência expandiu a proibição à fabricação e ao transporte desses produtos.

Até abril, a situação relativamente "legal" dos vapes permitiu, segundo Piquet, a construção de uma rede de distribuição e contrabando dessa mercadoria.

"Com o endurecimento da lei, o crime organizado vai se interessar e se apropriar desse mercado", diz o professor. De acordo com ele, redes que atualmente dominam o contrabando de cigarros e jogos ilegais já estariam entrando no mercado dos cigarros eletrônicos.

'VAPORIZADORES'. Segundo os pesquisadores da USP, o aumento no número de consumidores está relacionado ao impacto do isolamento social durante a pandemia de covid-19 e o crescimento das vendas online. O estudo afirma que, "diferentemente de produtos como a cocaína, cuja comercialização online

seria imediatamente detectada e reprimida, os cigarros eletrônicos são vendidos abertamente em plataformas de e-commerce e redes sociais, muitas vezes sob disfarces, como 'vaporizadores' ou 'aparelhos eletrônicos'. Isso facilita o acesso dos consumidores, que compram os dispositivos sem precisar recorrer a canais de tráfico tradicionais".

Ou seja, a dificuldade das autoridades para monitorar e controlar a venda online de vapes, segundo os pesquisadores, "representa um desafio adicional à repressão desse mercado". A pesquisa analisou dados de 14 sites que oferecem os cigarros eletrônicos no País, com entregas a domicílio nas grandes cidades.

Segundo o estudo, o Paraguai é a principal origem do contrabando de DEFs para o Brasil.

"A facilidade com que esses produtos cruzam a fronteira é uma consequência direta das assimetrias legais e da fraca fiscalização entre os dois países. Enquanto o Brasil mantém uma proibição rigorosa sobre a comercialização dos dispositivos, no Paraguai, as leis são mais flexíveis, o que facilita o escoamento do produto", diz Piquet.

Para ele, um aspecto importante desse negócio é o "papel da corrupção no fortalecimento desse mercado ilegal". "Para que os dispositivos contrabandeados entrem no Brasil e sejam distribuídos nos grandes centros urbanos, há indícios de cooperação de agentes públicos", afirma o professor.

CONSUMO CRESCENTE. Piquet conclui que o crescimento contínuo do consumo, mesmo diante da ilegalidade, "levanta questões sobre a eficácia das políticas atuais e, se a regulamentação, com a devida tributação, poderia ser uma solução mais viável para combater tanto o mercado ilegal quanto os problemas de segurança pública associados a ele". "A regulamentação dos DEFs poderia reduzir a violência, enfraquecer as receitas dessas organizações e gerar arrecadação tributária, promovendo maior controle sobre a comercialização desses produtos." A pesquisa estima ainda que, com a evolução desse mercado ilegal, a receita tributária arrecadada no Estado poderia chegar até R\$ 3,5 bilhões em 2028. São Paulo é responsável por 20% das apreensões desses produtos no País. A receita estimada da legalização desse mercado só neste ano, segundo Piquet, poderia

custear 12,02% do investimento em policiamento de São Paulo.

Público A pesquisa estima que o mercado desses produtos no País conte com cerca de 4 milhões de usuários

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Abaixo das expectativas, prévia da inflação fica em 0,13% em setembro

**DANIELA AMORIM RIO | COLABOROU ANNA SCABELLO**

A prévia da **inflação** oficial no País desacelerou de uma alta de 0,19% em agosto para 0,13% em setembro. Contrariando as expectativas de economistas, a taxa foi a mais branda desde julho de 2023, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado surpreendeu mesmo os analistas do mercado financeiro mais otimistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam uma elevação de preços entre 0,18% e 0,33%, com mediana positiva de 0,28%. A taxa acumulada em 12 meses pelo IPCA-15 arrefeceu pelo segundo mês consecutivo, descendo de 4,35% em agosto para 4,12% este mês.

Em setembro, as famílias gastaram menos com despesas pessoais e com transportes.

As passagens aéreas subiram 4,51%, mas a pressão sobre a **inflação** foi integralmente absorvida pela redução de 0,66% no preço da gasolina. O etanol também ficou mais barato nos postos: -1,22%.

Nos supermercados, o custo da cebola caiu 21,88%, fazendo o item liderar o ranking de alívios sobre a **inflação** no mês.

As famílias também pagaram menos pela batata-inglesa (-13,45%) e pelo tomate (-10,70%). Por outro lado, houve aumentos em setembro no mamão (30,02%), banana-prata (7,29%) e café moído (3,32%).

O maior vilão da prévia da **inflação** de setembro foi a energia elétrica residencial, com alta de 0,84%. O movimento foi impulsionado pela entrada em vigor da bandeira tarifária vermelha patamar 1, a partir de 1.º de setembro, que adiciona cobrança extra sobre o consumo na conta de luz. Também figuraram no ranking de maiores pressões sobre o IPCA-15 do mês os itens mamão, passagem aérea, plano de saúde e hospedagem.

Os gastos com o grupo alimentação e bebidas saíram de uma redução de 0,80% em agosto para uma elevação de 0,05% em setembro. O custo da

alimentação no domicílio caiu 0,01%, mas a alimentação fora do domicílio aumentou 0,22%.

**AValiação.** "O IPCA-15 de setembro veio significativamente abaixo da nossa expectativa e com abertura bem melhor do que a esperada, especialmente em função da surpresa de baixa em serviços subjacentes", disse Luciana Rabelo, em relatório do Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco.

Após o IPCA-15 de setembro, a gestora de recursos G5 Partners reduziu sua projeção para o IPCA fechado deste mês, de 0,55% para 0,45%, embora tenha mantido a projeção do ano em 4,4%. A gestora reforçou sua expectativa por novos cortes de 0,25 ponto porcentual na taxa básica de juros, a Selic, nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

"Na análise dos dados qualitativos, só tivemos boas notícias", disse o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal, em nota. "Certamente o BC não irá pautar as suas decisões futuras por um resultado pontual, ainda mais sendo este o IPCA-15, índice famoso por seus "falsos positivos", mas, sem dúvida, esse é um resultado que não deverá passar despercebido pelo Copom", completou.

O economista Alexandre Maluf, da XP Investimentos, disse que esperava um efeito maior de secas sobre os preços.

"Principalmente em frutas veio uma **inflação** um pouco menor e também em açúcar (do que o previsto), por conta das queimadas", disse.

Balanço Passagens aéreas subiram 4,51%, mas impacto foi absorvido pela redução de 0,66% na gasolina

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Prévia da inflação fica em 0,13% em setembro, metade do previsto

**MAYRA CASTRO EISA MORENA VISTA**  
*economia@oglobo.com.br*

Em setembro, o IPCA-15, considerado a prévia da **inflação** oficial que orienta o sistema de metas do governo, desacelerou e ficou em 0,13%, após registrar 0,19% em agosto, divulgou ontem o IBGE. O número veio abaixo da expectativa dos analistas, que esperavam 0,28%. Os preços de alimentos e combustíveis subiram menos que no mês anterior ou caíram. Em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 4,12%, menor que os 4,45% de agosto. No ano, a alta é de 3,15%.

O que impediu que o índice desacelerasse ainda mais em setembro foi a energia elétrica residencial, que passou de - 0,42% no mês anterior para alta de 0,84%, por causa da bandeira tarifária vermelha 1, que foi acionada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e entrou em vigor no dia 19 de setembro.

Até o fim do mês, o índice deve subir mais, avaliam economistas, pois vai captar a alta da energia em sua totalidade. Os números divulgados ontem ainda registram as variações de agosto, quando a bandeira estava verde, sem qualquer acréscimo na conta.

A maior variação foi no grupo da habitação (0,50%). Além da energia elétrica, a taxa de água e esgoto também teve alta (0,38%), assim como o gás encanado (0,19%).

Já o grupo da alimentação, que vinha com queda há dois meses, subiu 0,05%. Embora a prévia da **inflação** tenha vindo menor que o esperado pelos especialistas, o resultado não deve alterar a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de continuar a elevar a taxa básica de juros (Selic). Na última reunião, na semana passada, a taxa subiu de 10,5% ao ano para 10,75%.

André Braz, coordenador dos índices de Preços do FGV Ibré, explicou que é mais uma questão de tempo para o índice de **inflação** voltar a subir: -A tendência é que a energia aumente, porque a gente só captou metade do efeito previsto para setembro. E a alimentação deve vir com altas maiores.

Igor Cadilhac, economista do PicPay, afirma que o IPCA-15 mostrou melhoras claras na composição do

índice, com os núcleos de **inflação** (que retiram os itens mais voláteis) mais comportados: -Essa melhora é bem-vinda, mas não deve mudar as preocupações do BC em relação às expectativas futuras.

O resultado do IPCA-15 influenciou o mercado. O dólar fechou em alta de 0,23%, a R\$ 5,4755, acompanhando o fortalecimento global da moeda. O Ibovespa fechou em queda de 0,43%, a 131.586 pontos. O índice chegou a subir no início do dia, com a surpresa positiva na **inflação**, mas reverteu o sinal no início da tarde.

-A curto prazo, a **inflação** tem uma dinâmica mais positiva, o problema é que as expectativas de **inflação** continuam subindo -explica Jennie Li, estrategista de ações da XP.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Endividamento elevado, gasto com "bets" e juros em alta impactam consumo

**Adriana Mattos, Alessandra Saraiva, Flávia Maia e Cris Almeida** De São Paulo, Brasília e do Rio

Páginas A6, B1, B4 e C2

O endividamento elevado dos consumidores, o maior peso das apostas no orçamento das famílias e uma **inflação** ainda acima da meta devem contribuir para a perda de fôlego da atividade no curto prazo. Somado a isso, o ciclo de alta dos juros iniciado pelo Banco Central, que deve seguir nos próximos meses, também afeta a economia. Nesse cenário, apesar do maior crescimento, com alta forte do emprego e da renda, a percepção de analistas e das companhias é que há novas variáveis, com pesos diferentes, impactando o consumo.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187995?page=1&section=2>

O nível de endividamento alcançou 78% das famílias em agosto, acima dos 77,4% de agosto de 2023, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC). É um patamar que não fica muito distante do recorde de 79,3% registrado em setembro de 2022, apesar do Desenrola, o programa de renegociação de dívidas do governo. Neste momento, um novo fator de pressão tem ganhado peso nas análises de economistas e empresários - os gastos crescentes dos consumidores com apostas.

Ontem, esse tema foi central nas discussões de empresários e do governo, em São Paulo e em Brasília, depois que o Banco Central revelou que, por mês, o gasto médio da população com jogos e apostas tem variado entre R\$ 18 bilhões e R\$ 21 bilhões. Beneficiários do Bolsa Família apostaram R\$ 3 bilhões só em agosto.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reclamou ontem da demora na regulamentação do setor de "bets". "Esse avanço exponencial das "bets" e dos joguinhos pode atrapalhar as perspectivas de retomada econômica para o ano", afirmou Jorge Gonçalves Filho, presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV). A entidade se reuniu na segunda-feira com o vice-presidente, Geraldo Alckmin. O Valor apurou que, no encontro, foram apresentados números sobre o impacto das apostas no consumo e sugestões para criar "travas" aos gastos de beneficiários do Bolsa Família com jogos. Na avaliação de empresários do setor de jogos e consultores, existe a necessidade de uma regulamentação do segmento, mesmo que as regras em debate ainda precisem de aprimoramento.

# OCDE projeta crescimento estável em 2025 - ASSIS MOREIRA

## ASSIS MOREIRA

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acaba de publicar novas projeções para a economia mundial, marcadas por certo otimismo, apesar de persistentes tensões geopolíticas que podem descarrilhar os melhores cenários.

Em conversa com a coluna, o economista-chefe da OCDE, Álvaro Pereira, prevê que o crescimento da economia mundial deverá se estabilizar por volta de 3,2% em 2025, a exemplo da taxa esperada para este ano, mesmo se há uma diferença grande entre países.

Os EUA crescem 2,6%, acima do potencial, neste ano, e baixam para 1,6% no ano que vem, ou seja, uma economia sempre dinâmica e nada a ver com aterrissagem forçada. Já a zona do euro continuará com expansão lenta passando de 0,7% neste ano para 1,3% em 2025, com a atividade sustentada pela recuperação da renda real e melhora nas condições de crédito.

A China, a segunda maior economia do mundo, desacelera, passando de 4,9% neste ano para 4,5% no ano que vem. As novas medidas de estímulo visivelmente não parecem suficientes para compensar a fraqueza do consumo e a continuação de "correções maciças" no setor imobiliário.

Para Álvaro Pereira, as boas notícias vêm principalmente de alguns outros emergentes, como a Índia, que vai crescer perto de 7%, a Indonésia, mais de 5%, e o Brasil, que tem expansão perto de 3% neste ano e pode ir além de projetados 2,6% para 2025 em parte graças à alta de gastos públicos.

Os riscos para o Brasil e outros no ano que vem são dois, em sua avaliação. Primeiro, o desempenho da China, o principal cliente do Brasil. Se a economia chinesa continuar a desacelerar, as coisas podem ocorrer menos bem e o impacto é óbvio também para seus parceiros. O segundo é se o conflito no Oriente Médio se alargar, tornando a situação global mais complicada e afetando as economias em geral.

A expectativa é que o crescimento do **PIB** mundial venha acompanhado de uma continuação de desinflação, melhora da renda real e política monetária

menos restritiva em várias economias, que ajudarão a sustentar a demanda.

O economista-chefe da OCDE nota que a **inflação** continua a baixar de forma geral no mundo. O México e o Brasil são a exceção, com alta dos preços em parte por causa da desvalorização da moeda. Para a entidade, até o fim de 2025 a **inflação** estará de volta à meta fixada pelos bancos centrais na maioria dos países do G20. Uma manutenção do preço do petróleo no nível atual poderia reduzir a **inflação** global em cerca de 0,5 ponto percentual no ano que vem.

A **inflação** projetada para o Brasil é de 4,5% neste ano e de 4% no ano que vem. Pereira chama atenção para um gráfico que mostra que o Brasil foi, entre as grandes economias, a que recuperou mais a renda real após a pandemia de covid-19. Outro gráfico mostra também que os preços de alimentos cresceram mais que os reajustes salariais, incluindo no Brasil (cerca de 10% entre 2019-2024).

Para a OCDE, à medida que a **inflação** baixar e as tensões nos mercados de trabalho continuarem a se atenuar, será necessário prosseguir com a baixa das taxas de juros nas economias. Ela calcula que nos EUA a taxa básica deveria diminuir 1,5 ponto percentual e, na zona do euro, 1,25 ponto percentual suplementar entre agora e o fim de 2025.

A elevação da taxa de juros no Brasil é vista pela OCDE como uma inversão temporária, como aconteceu também no México e Canadá, para assegurar a estabilidade dos preços. "É importante que o BC mantenha a prudência", diz Pereira.

O crescimento do comércio mundial em volume é outra boa notícia. O aumento de importações cios EUA, em parte pelo alto de investimentos em equipamentos, e um dinamismo maior do comércio de emergentes explicam esse cenário. Na Argentina, Brasil, México e Turquia, a desvalorização da moeda sustentou o aumento das receitas de exportação. De outro lado, o comércio continua afetado por um transporte marítimo para contêineres 160% mais caro do que há um ano em certas linhas entre a Ásia e a Europa.

As novas projeções da OCDE coincidem com a escalada militar no Oriente Médio. A entidade admite

que a incerteza sobre suas previsões para crescimento e **inflação** global é significativa. Aponta o risco de o crescimento desacelerar, em meio a tensões geopolíticas e comerciais que podem causar disrupções nas cadeias de abastecimento e nos mercados de energia. Outro risco para o crescimento global é o excesso de endividamento de boa parte dos países mais pobres, e que precisa de uma solução.

Não ignora também que 30% de títulos de dívida emitidos por empresas em países desenvolvidos, com juros baixos, chegam ao prazo de pagamento entre agora e 2026, e essa proporção é ainda mais elevada nos emergentes, o que pode aumentar as falências de empresas.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente E-mail [assis.moreira@valor.com.br](mailto:assis.moreira@valor.com.br)

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=1  
&section=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=1&section=2)**

# IPCA-15 traz alívio, mas seca já pressiona energia e alimentos

**Marcelo Osakabe, Alex Jorge Braga e Lucianne Carneiro  
De São Paulo e do Rio**

A prévia da **inflação** de setembro surpreendeu com notícias positivas em várias aberturas, em especial, no comportamento dos serviços - foco de maior atenção do Banco Central. Apesar disso, economistas veem o dado com cautela, já que muitos dos riscos estão se materializando, em especial em energia elétrica e alimentação. Além disso, quedas pontuais registradas pelo indicador podem se reverter nas próximas leituras.

O índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,13% em setembro, desacelerando de 0,19% em agosto. O dado veio abaixo das projeções de 32 economistas consultados pelo Valor Data, que variava de 0,14% a 0,33%, com mediana em 0,28%. O IPCA-15 acumula alta de 4,12% em 12 meses e de 3,15% este ano.

Cinco das nove classes de despesas do indicador apresentaram desaceleração na passagem entre agosto e setembro: artigos de residência (de 0,71% para 0,17%); transportes (de 0,83% para -0,08%); despesas pessoais (de 0,43% para -0,04%); educação (de 0,75% para 0,05%); e comunicação (de 0,09% para 0,07%).

Por outro lado, alimentação e bebidas (de -0,80% para 0,05%); habitação (de 0,18% para 0,50%); vestuário (de 0,09% para 0,12%); e saúde e cuidados pessoais (de 0,27% para 0,32%) aceleraram as altas de preços.

Impulsionada pela adoção da bandeira tarifária vermelha 1, a energia elétrica foi a maior contribuição individual para o resultado, passando de -0,42% em agosto para 0,84% em setembro.

"Tudo surpreendeu para baixo, foi uma composição inegavelmente mais benigna que o esperado", resume Luiz Bianconi, economista da Sul América Investimentos. Ele destaca a queda dos preços no cinema, teatros e concertos (-5,77%) por causa de promoções da Semana do Cinema e também a continuidade da devolução das altas em seguros voluntários de veículos (-2,53%), fortemente impulsionados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, em maio.

A média dos cinco núcleos do Banco Central desacelerou de 0,29% para 0,18%, e os serviços subjacentes passaram de 0,39% para zero - este último, a melhor leitura desde junho de 2020, no auge da pandemia, ressalta Luís Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Mesmo a média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada dos serviços subjacentes, métrica bastante acompanhada para avaliar a **inflação** ligada ao ciclo econômico "na ponta", também apresentou melhora, continua Leal, saindo de 4,90% para 3,85%, o melhor nível desde julho de 2021.

O dado de setembro desencadeou revisões tímidas para o IPCA do mês fechado e, em menor grau, para 2024. A Warren baixou sua estimativa para setembro de 0,57% de 0,47%. O banco ABC Brasil passou de 0,54% para 0,46%. A do ASA caiu de 0,63% para 0,50%. Para o ano, o ajuste foi de 4,6% para 4,5%.

Coordenador dos índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), André Braz chama atenção para o impacto da estiagem sobre a bandeira tarifária até o fim do ano. "Há chance de que essa bandeira vermelha possa durar até o ano que vem, caso não chova o suficiente para abastecer as usinas hidrelétricas", salienta.

Outro ponto também ligado à seca é a alimentação. Para Fabio Romão, economista da LCA Consultores, a alta de preços do grupo pode superar a mediana dos últimos dez anos. "Itens específicos como cereais, leguminosas hortaliças e verduras poderão perder parte de seu ímpeto de queda em setembro", afirma. "Projetamos altas, destacadamente em frutas, carnes, leites e derivados, panificadores e bebidas, e infusões."

André Valério, economista do banco Inter, lembra ainda que, por questão metodológica, o IPCA-15 só capturou parte da pressão advinda bandeira vermelha e dos alimentos, que tiveram deflação em agosto. No dado fechado de setembro, a leitura desses grupos já deve acelerar, diz, observando que coletas de preços têm mostrado o pressão firme sobre alimentos.

Mesmo o desempenho dos serviços precisa ser levado com cautela. "Os serviços subjacentes vieram em zero, mas eu notaria que esse dado foi muito

impactado por dois itens, cinema e seguro de automóvel", afirmou a chefe de pesquisa econômica para a América Latina do BNP Paribas, Fernanda Guardado. "Parte dessa surpresa se reproduz no número fechado de setembro, mas parte disso pode ser revertida adiante. Assim, é difícil dizer que esse número pode se tornar tendência", disse a ex-diretora do Banco Central em conversa com jornalistas após a apresentação do cenário global do banco francês para o quarto trimestre.

Este último ponto, no entanto, tem causado alguma contrariedade entre economistas. Isso porque, embora a avaliação geral seja de que o mercado de trabalho e a atividade trabalhem acima de sua capacidade - como o BC passou a considerar em sua última decisão de juros -, a **inflação** de serviços tem perdido ímpeto na margem.

"Tem sido uma dinâmica bem surpreendente. Mesmo os serviços mais sensíveis ao mercado de trabalho mostram tendência de desaceleração", nota Valério. "O que vemos é uma dinâmica inflacionária sem estresse significativo em 2024, tirando a aceleração ocorrida entre junho e agosto, que foi mais causada por fatores de calendário do que um qualitativo ruim."

Com base nessa visão mais construtiva, reforçada pelo IPCA-15 de setembro, o Inter avalia que não há motivo significativo para acelerar o ciclo de altas da Selic. O banco vê mais três altas de 0,25 ponto percentual, levando os juros a 11,50%.

Avaliação semelhante tem o economista e sócio do Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini. Ele nota que o Copom não atribuiu a elevação recente de 0,25 ponto percentual (p.p.) na Selic à **inflação**, mas a outros fatores da economia nacional, como pleno emprego e excesso de gastos do governo.

Já Fernanda Guardado entende que o dado não deve mudar a expectativa de aceleração do ritmo de altas para 0,50 ponto - o banco enxerga ajuste da Selic encerrando em 12,25%. Apesar disso, o número "traz maior conforto para fazer essa aceleração e gerar ao longo do tempo convergência para processo de desinflação de volta à meta" de 3,0%", diz.

"Há chance de que a bandeira vermelha possa durar até o ano que vem"

André Braz

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=1&section=2>

# Investimento estrangeiro bate projeção do BC

**Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo**

O patamar do Investimento Direto no País (IDP) vem subindo desde fevereiro deste ano e se manteve acima dos US\$ 70 bilhões pelo terceiro mês consecutivo em agosto, considerando o valor acumulado em 12 meses. O número divulgado pelo Banco Central (BC) ontem foi de IDP em US\$ 70,6 bilhões, ou 3,19% do Produto Interno Bruto (**PIB**), no mês passado.

Esse nível está acima da projeção do Banco Central (BC) para o resultado do ano, de US\$ 65 bilhões, mas em linha com o esperado pelo mercado. A mediana do Focus é de US\$ 70,75 bilhões. As revisões de projeções do Banco Central são tipicamente publicadas no Relatório Trimestral de **Inflação** e a próxima edição será divulgada nesta quinta-feira (26).

Claudia Moreno, economista do C6 Bank, avalia que o cenário externo tem impactado positivamente na entrada de recursos. Moreno destaca, por exemplo, que o cenário de queda de juros no exterior ajuda, mesmo que seja no sentido de evitar que lucros gerados no Brasil sejam revertidos ao exterior.

"O fato de o mercado lá fora estar tendo esse alívio de queda de juros pode acabar impulsionando um movimento de investimento em ativos mais arriscados, como países emergentes, assim como o Brasil", disse.

O IDP considera os recursos destinados à participação no capital e os empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais às suas filiais no país e vice-versa. O retorno de investimento brasileiro no exterior também integra essas estatísticas.

Matheus Pizzani, economista da CM Capital, ressalta que o fluxo "expressivo" de IDP pode ter o bom nível de atividade econômica como principal motivador. Para o futuro, Pizzani, vê possibilidade de desaceleração do IDP, apontando como um dos fatores o arrefecimento do reinvestimento das empresas estrangeiras que têm matriz produtiva no país, apesar de resultado melhor no segundo semestre deste ano na comparação anual.

No caso do déficit nas transações correntes, o número atingiu o maior patamar do ano no acumulado de 12

meses em agosto. Em US\$ 38,6 bilhões, o déficit representa 1,75% do **PIB**. No mês anterior, este número estava em US\$ 33 bilhões (1,49% do **PIB**).

O déficit vinha em queda de julho de 2023 até fevereiro deste ano, quando chegou a US\$ 16,7 bilhões ou 0,75% do **PIB** no acumulado em 12 meses. Desde então, veio subindo, registrando US\$ 27,7 bilhões (1,24% do **PIB**) em maio até chegar ao 1,75% do **PIB** em agosto.

O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, explica que as razões para o aumento no déficit se concentram na redução do superávit da balança comercial e no aumento do déficit de serviços.

"Cresceram as importações de bens e também cresceram as importações de serviços. Então esse é mais um indicador recente sobre aumento da demanda interna e neste caso a gente analisa, mostra esse aumento na demanda interna por meio da maior demanda por bens e serviços importados", disse

Neste caso, também há uma diferença entre as projeções do Banco Central e do mercado. Enquanto o BC revisou, em junho, sua expectativa de déficit de US\$ 48 bilhões para US\$ 53 bilhões, o mercado manteve a mediana das projeções, variando de um déficit de US\$ 40 bilhões para US\$ 39 bilhões entre o fim de junho e a última semana.

Para Pizzani, da CM Capital, a tendência é de elevação do déficit nos próximos meses. No entanto, o economista avalia que os vetores que levariam a um déficit menos agudo se mostraram mais sustentáveis, como o câmbio em patamar "relativamente desvalorizado" e uma perspectiva mais positiva para as exportações de commodities minerais e energéticas considerando as políticas chinesas de estímulo.

"A expectativa é que a projeção do mercado prevaleça frente ao dado do Banco Central, que pode acabar revisando sua projeção".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=1&section=2>

# Lei antidesmate da UE faz exportadores e importadores acelerarem negociações

**Isadora Camargo e Camila Souza Ramos De São Paulo  
(Colaborou Rafael Walendorff de Brasília)**

A proximidade da entrada em vigor da lei antidesmatamento da União Europeia (EUDR, na sigla em inglês) e as incertezas sobre a efetivação da mudança têm provocado uma antecipação da comercialização de commodities agropecuárias, como café e carne bovina. O movimento pode provocar um aperto na logística portuária no fim do ano.

A lei exige que, a partir de 30 de dezembro, os importadores europeus comprovem às autoridades locais que as cargas que chegam de navio com soja, café, carne bovina, cacau, borracha e madeira não foram oriundas de áreas desmatadas após 2020. Mas os detalhes de como será essa comprovação ainda são incertos. A lei, cujo objetivo é combater a derrubada de florestas tropicais, enfrenta crescente pressão internacional contrária, incluindo do Brasil, que pediu a não implementação da medida à UE.

Em agosto, os embarques de carne bovina tiveram forte alta tanto na comparação com o mesmo mês de 2023 quanto em relação ao mês anterior. Na comparação anual, o aumento foi de 28,5%, e em relação a julho, de 27,7%.

Entre fontes do setor, a percepção é de que os importadores querem antecipar as compras para evitar problemas quando a nova lei passar a valer. Na avaliação sobre as exportações de agosto, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Jorge Camardelli, afirmou, em nota, que a "iminência" da implementação das novas regras ajudou a "aquecer" a demanda dos importadores.

Uma das dúvidas entre exportadores é se a carne do animal criado em áreas desmatadas após 2020 e abatido neste ano poderá entrar na UE após 30 de dezembro. Grandes empresas até têm sistemas de rastreabilidade, o que não é o caso da maioria dos exportadores menores.

No caso do café, os embarques do bimestre julho-agosto, o primeiro da safra 2024/25, alcançaram 7,5 milhões de sacas, o que representou um aumento de 11% em relação a 2023, segundo o Conselho de Exportadores de Café (Cecafé). As novas regras

ambientais ajudam a explicar a aceleração dos negócios, ainda que não tenham sido o único motivo.

"A regulação, de fato, elevou as exportações do Brasil. Ouvimos de muitos exportadores que eles estavam tentando antecipar os embarques [por causa da lei]. Somado a isso, o café conilon virou uma oportunidade devido ao déficit da produção do principal fornecedor da Ásia, o Vietnã", disse Eduardo Heron, diretor técnico do Cecafé.

Das 7,5 milhões de sacas embarcadas no período, pouco mais de 1,8 milhão foi de conilon - a alta foi de 51%. Além da queda da produção no Vietnã, ataques dos houthis a embarcações no Mar Vermelho também afetaram o escoamento do café do Sudeste Asiático.

Um produtor de café conilon do Espírito Santo, que não quis se identificar, disse que quer "liberar as cargas" para exportação até antes de 30 de dezembro, apesar de os preços nacionais estarem mais atrativos, para só depois concentrar suas vendas a indústrias e traders nacionais.

No intervalo de janeiro a agosto, as exportações capixabas de conilon cresceram 131,1% na comparação anual, e as de carne bovina, 96,7%, segundo a Secretaria de Agricultura do Estado.

O movimento de antecipação das vendas externas de café não ocorre só no Brasil. A Etiópia, quinto maior produtor mundial, está tentando exportar mais nos três meses que restam antes da vigência da nova lei, segundo traders.

Conforme Heron, a antecipação dos embarques já estaria congestionando portos, agravando o aperto logístico provocado pela ação dos houthis no Mar Vermelho. Os atrasos de viagens em razão do desvio de rota, agora feita pelo sul do continente africano, são de dez a 12 dias. Assim, o risco é de que o produto, mesmo saindo em 1 - de dezembro, chegue após a data da vigência da lei, disse ele.

Para dirimir esse risco, há importadores europeus exigindo que os exportadores se comprometam desde já a cumprir a lei, segundo Sueme Mori, diretora de relações internacionais da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). "Há tanto casos em que isso aparece nos contratos como casos

em que os exportadores já têm que apresentar georreferenciamento", ainda que sem saber como a UE vai exigir essa comprovação, afirmou.

Procurado, o Porto de Roterdã, na Holanda, o maior da União Européia, afirmou em nota que ainda não é possível tirar nenhuma conclusão a partir dos dados de fila de navios com produtos agrícolas. "Porém, ouvimos que há muitos pedidos por armazenagem para o último trimestre deste ano", afirmou o porto. "Isso pode indicar que as companhias estão antecipando a legislação, mas ainda é muito cedo para tirar conclusões".

O Porto de Antuérpia-Bruges, na Bélgica, afirmou, em nota, que "não tem conhecimento de filas de navios" atualmente e que não espera que elas aumentem com a EUDR. O Porto de Hamburgo foi procurado, mas não respondeu.

Segundo o porto belga, o único controle esperado na chegada do navio é a declaração dos importadores do número de referência da declaração de "due diligence" no documento de importação de bens. A checagem do conteúdo da due diligence ocorrerá depois.

Para o presidente do CecaFé, Marcos Matos, outra dificuldade que deve surgir está relacionada à estrutura tecnológica para avaliação das due diligences. Nesse cenário, crescem os pedidos de flexibilização da lei, inclusive por parte dos governos de Alemanha e Itália, e do setor privado europeu.

Ontem, 28 associações divulgaram carta em que pedem o adiamento do início da vigência da lei. Segundo as entidades, as empresas do bloco "estão enfrentando incertezas paralisantes ao negociar contratos para o próximo ano".

"A ação das nações europeias é um indicativo de preocupação com o potencial aumento de **inflação** que pode haver na UE, reflexo de falta de produto, caso haja travas nos portos ou exportadores prefiram outros parceiros", disse Fábio Zanin, advogado especialista em agronegócio.

O secretário de relações internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Perosa, acredita que, sem um adiamento, haverá uma "reordenação" das vendas de produtos para outros países e regiões.

Representantes da UE no Brasil preferiram não comentar. O Valor procurou seis comissários de países do bloco, mas eles não responderam.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=2&section=4>

# Piora na composição da dívida e alta da Selic ligam alerta para aumento no custo de rolagem

*Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo*

Em um ano no qual o Tesouro Nacional vem concentrando suas emissões em títulos atrelados à Selic, a dinâmica fiscal tem preocupado cada vez mais os participantes do mercado, no momento em que o Banco Central aperta adicionalmente a política monetária. Embora os agentes financeiros ressaltem que o colchão de liquidez segue em níveis bastante confortáveis, os riscos têm aumentado e levam o mercado a ver um custo adicional relevante para a gestão da dívida pública.

Diante das incertezas elevadas nos mercados domésticos e locais, o Tesouro se apoiou nas emissões de Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) ao longo do ano. Do volume de dívida colocada no mercado em 2024, de aproximadamente R\$ 1,13 trilhão, títulos indexados à Selic totalizaram 65% do montante (R\$ 738,3 bilhões). Assim, no momento em que um ciclo de elevação de juros tem início, os agentes se mostram ainda mais cautelosos com o custo da dívida.

O estrategista de renda fixa da BGC Liquidez, Daniel Leal, fez alguns exercícios para ilustrar os impactos da piora da composição da dívida no custo de rolagem.

Utilizando o ponto médio da estimativa do Plano Anual de Financiamento (PAF) no início do ano - que previa uma banda entre 40% e 44% de participação de LFTs na dívida -, Leal assumiu que o percentual de títulos atrelados à Selic ficaria em 42% ao longo dos anos de 2024 e 2025. Já em um cenário atualizado, o profissional utilizou o que ele considera como a hipótese mais provável para a composição da dívida, com a parcela de LFTs alcançando 47% até o fim de 2024 e permanecendo nesse nível no próximo ano.

Nesse ambiente de piora da composição, o estrategista calculou a diferença do custo da dívida entre o cenário esperado no início do ano e o atual, que contemplam, em especial, trajetórias bastante diferentes nas expectativas para os rumos da Selic. Se, no início do ano, a perspectiva geral era de queda nos juros, agora o BC já deu início a um ciclo de aperto e o mercado espera um aumento no grau de

restrição à frente.

"Esse impacto de estar com uma participação maior de LFTs na dívida geraria um custo adicional de R\$ 17 bilhões em 2024-os números são parecidos quando usamos a precificação de mercado ou o Focus. Já em 2025, pelo que está precificado na curva de juros, o custo adicional seria de R\$ 42,5 bilhões e, pelas estimativas do Focus, de R\$ 38,5 bilhões", calcula.

"É importante o exercício para entender como uma participação elevada de LFTs na dívida pode acabar elevando o seu custo. E também mostra a necessidade do Tesouro de aproveitar melhor as janelas de oportunidade que o mercado dá. No início do ano, o Tesouro poderia ter emitido mais títulos prefixados, já que a curva tinha taxas muito mais baixas que agora. Provavelmente havia algum otimismo que os juros seriam mais baixos do que são. Mas quebramos essa expectativa de queda da Selic para novas altas. Não à toa, a composição ótima da dívida é de 25% em LFTs e já estamos indo para o dobro disso", enfatiza Leal.

Na visão do estrategista, o Tesouro perdeu boas oportunidades de emitir mais títulos prefixados e Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-Bs), papéis atrelados à **inflação**. Isso reduziria a parcela atrelada à Selic e traria mais previsibilidade, uma vez que parte das notas é prefixada. "Na terça-feira [no leilão semanal], tinha demanda no mercado e ele acabou fazendo um lote bastante reduzido de NTN-Bs. Acho que o Tesouro precisa repensar um pouco a sua atuação para não ficar tão dependente das LFTs. Se o cenário otimista não se realiza, que é o que eles tinham no início do ano, acaba dificultando muito a gestão da dívida para os próximos anos. O Tesouro deveria estar bastante alerta", afirma.

O cálculo, segundo Leal, é apenas um exercício, já que uma elevação na Selic tem impacto no custo da dívida como um todo, e não somente nos papéis atrelados ao juro básico. Segundo as estimativas do estrategista, ao se levar em conta as estimativas do Focus para os juros no início do ano e atualmente, o custo adicional para a dívida em 2024 seria de R\$ 47 bilhões e, em 2025, totalizaria R\$ 160 bilhões. Ao se

considerar a precificação da curva de juros, que contempla uma Selic de até 12,75%, o valor adicional seria de R\$ 66 bilhões em 2024 e de R\$210 bilhões no ano que vem.

"É uma tendência preocupante, mas, no fundo, o que mais importa é que o juro real está muito mais elevado. Mesmo que a estratégia seja continuar emitindo mais dívida prefixada e indexada ao IPCA, a carga de juros não ficaria menor, até porque o governo teria de pagar muito mais prêmio para colocar esses instrumentos", observa Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e diretor da Oriz Partners.

O executivo, nesse sentido, acredita que, no contexto atual, a utilização das LFTs ajuda a servir como um "paliativo", algo que não resolve a situação, mas que, ainda, assim, não é o grande problema na condução da dívida pelo Tesouro. "O problema está na trajetória não sustentável de elevação dos gastos "Composição ótima da dívida é de 25% de LFTs e já estamos indo para o dobro" Daniel Leal obrigatórios e da dívida pública, na ausência de reformas estruturais", enfatiza Kawall.

Há, nesse sentido, uma preocupação crescente no mercado sobre o estado das contas públicas, diante do apontamento feito por Kawall de que o juro real segue em níveis elevados, e em um momento no qual há bastante volatilidade.

No fim da semana passada e na segunda-feira, chamou atenção o fato de os juros curtos, as taxas longas, o dólar e a **inflação** "implícita" estarem em alta, o que levou alguns investidores a observarem que os preços dos ativos estavam negociando como se estivessem em um ambiente de dominância fiscal. O assunto foi tema de debates, na última sexta-feira (20), na PUC-Rio. Economistas que estiveram no seminário da Casa das Garças notam que os presentes fizeram alertas sobre a condução das contas públicas, mas não compartilham da ideia de que o Brasil está em um cenário de dominância fiscal agora.

"Por mais que a despesa como proporção do **PIB** esteja estável, a dívida deve continuar subindo. As projeções para 2030 estão batendo nos 93% a 95% do **PIB**. E esse ciclo de política monetária, com uma dívida ainda mais indexada à Selic, acaba trazendo de volta aquela preocupação sobre dominância fiscal. Não é um debate para agora, mas é preciso de medidas para evitar que cheguemos a isso", afirma o sócio e gestor da Novus Capital, Luiz Eduardo Portella.

Na visão do gestor, é um momento mim para o Brasil, especialmente devido aos anúncios recentes de

medidas fiscais que buscavam driblar as restrições do arcabouço fiscal. "Não é mais uma incerteza sobre o arcabouço. Passou a ser uma visão negativa sobre uma possível volta de expedientes de contabilidade criativa. Faz com que a gente fique em uma espiral um pouco negativa. Essa janela positiva no cenário internacional, de cortes de juros nos Estados Unidos, pode acabar se fechando e podemos ficar em um cenário mim." A Novus mantém posições "tomadas" em juros nominais (aposta na alta das taxas), de acordo com Portella, ao avaliar que o mercado deve pedir prêmios ainda maiores no mercado de juros. A maior parte do risco da gestora, porém, está alocada no exterior, mas há posições vendidas (aposta na queda) em bolsa e em dólar contra o real.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=2&section=4>

# Seguros devem crescer até 11,8% em 2024

**Rita Azevedo De São Paulo**

O aumento na demanda por previdência privada e o avanço do seguro garantia motivaram um leve aumento das projeções de crescimento do setor de seguros em 2024 de 11,5% para 11,8% pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). O percentual abrange todo o setor, com exclusão de saúde suplementar e DPvat (seguro obrigatório para veículos automotores).

Ao longo do ano, "a atividade econômica do país se manteve bastante forte, puxada pelo crescimento do emprego e da massa salarial", disse Dyogo Oliveira, presidente da entidade, a jornalistas. A melhora do cenário macroeconômico beneficiou determinados ramos do mercado segurador, segundo ele.

A maior renda das famílias, por exemplo, teve efeito no aumento da busca por previdência aberta, que deve ser o principal destaque do ano. A previsão de crescimento para esse segmento foi revisada para 15,9%, acima dos 14,1% projetados em junho.

Por outro lado, parte dos ramos de seguros foram afetados negativamente por dinâmicas próprias de alguns setores, como o automotivo. Ao fim de 2023, a CNseg previa um crescimento de 16,1% na arrecadação com seguros de automóveis. Em junho, reduziu a expectativa para um avanço de 7,2%. Agora, revisou novamente a projeção para 2,7%.

"A grande surpresa do ano foi a carteira de automóveis, que teve crescimento forte, mas que foi perdendo dinamismo, com o mercado de automóveis puxando preço para baixo", afirmou Oliveira, citando outros fatores que pesaram negativamente, como o crescimento da participação de elétricos e a queda do preço médio do próprio seguro.

As previsões para o seguro rural também foram ajustadas. No fim do ano passado, o esperado era um aumento de 23,1%. Em junho, houve uma redução para 7,9%. Agora, a projeção é de crescimento de apenas 1%, considerando a menor velocidade de desembolso da subvenção do Seguro Rural.

No segmento patrimonial - que inclui desde seguros residenciais a grandes riscos - também houve uma redução das projeções de crescimento, de 16,6% em junho para 13,9% agora. Mesmo com a queda, o avanço no ano será "bastante forte", na avaliação do presidente da entidade.

No habitacional, as estimativas de crescimento foram elevadas, em comparação ao que era previsto em junho, passando de 9,8% para 12,9%, devido ao aquecimento do mercado imobiliário. "O seguro habitacional é obrigatório no caso de financiamento do imóvel e o avanço acompanha o mercado", afirmou Oliveira.

A projeção de avanço para seguros de riscos financeiros, que inclui o seguro garantia, foi mantida em 21%. "Esse é um setor com grande potencial de crescimento porque é mais competitivo que outras opções do mercado", explicou o presidente da entidade.

"Temos uma expectativa positiva em relação ao seguro garantia para obras públicas. Tivemos o primeiro caso no Mato Grosso [...] e tende a crescer muito. É um produto que vai ajudar o país a garantir a continuidade das obras", afirmou Oliveira.

A CNseg atualizou também as expectativas de crescimento do **PIB** para 3% neste ano, acima da projeção anterior, de novembro de 2023, de 2,5%. A entidade projeta ainda a Selic a 11,75%, o IPCA com variação de 4,11% e o dólar a R\$ 5,33. No fim de 2023, o esperado era de Selic a 9%, variação de 3,86% no IPCA e dólar a R\$ 5,04.

"Temos uma expectativa positiva em relação ao seguro garantia para obras públicas" Dyogo Oliveira

**Sítio:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187995?page=2&section=4>

# Prévia da inflação recua em setembro, aponta IBGE

## IPCA-15

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) divulgado nesta quarta-feira (25) desacelerou na comparação com o mês agosto, que registrou taxa de 0,19%, abaixo da expectativa do mercado financeiro, que esperava 0,28%.

Os números foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o instituto, com o resultado, o índice acumulou alta de 4,12% em 12 meses, abaixo do patamar de 4,35% da divulgação anterior.

No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa é de 4,12%, abaixo dos 4,35% observados nos 12 meses. No ano, acumula alta de 3,15%.

Dos nove grupos pesquisados, sete tiveram alta, a maior e o maior impacto vieram de Habitação (0,50% e 0,08 p.p). Já Alimentação e bebidas (0,05% e 0,01 p.p.), de maior peso, aumentou após dois meses de queda.

**Site:**

**<https://diariodeuberlandia.com.br/arquivos/assinaturas/2376/26-09-2024%20-%20QUINTA-FEIRA.pdf>**

# Levantamento da CNI aponta condições melhores no País

Brasília - O tráfego de caminhões em rodovias federais pedagiadas cresceu 10,82% no primeiro semestre de 2024 na comparação com o mesmo período do ano passado. Esse foi o item que registrou a maior alta entre os 14 indicadores de infraestrutura monitorados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com o levantamento, 12 dos 14 indicadores cresceram no período, com destaque também para o aumento do consumo de energia elétrica de classes não industriais (8,95%) e industriais (4,11%); para o transporte de cargas aéreas (7,29%), uso da internet fixa (6,23%) e circulação de veículos leves em estradas federais pedagiadas (5,87%).

A alta expressiva do tráfego de veículos pesados tem relação direta com o crescimento da venda de caminhões novos no período (10,2%), reflexo do aumento do transporte de cargas nas estradas brasileiras. Atualmente, 62% das cargas no País são levadas por caminhões. Para efeito de comparação, 19% das cargas são transportadas de trem; 14% por navios; e apenas 0,1% por aviões. Se excluídos os transportes de minérios e combustíveis, as estradas responderiam por 85% da matriz de transporte no Brasil.

A participação das rodovias no transporte de cargas no Brasil é muito maior que em outros países de grande dimensão territorial e econômica. Na Rússia, as estradas representam 8% do transporte de cargas. Nos Estados Unidos, 32%; No Canadá, 43%; Na China, 50%; e na Austrália, 53%.

"O predomínio das rodovias no Brasil está associado à baixa eficiência logística do sistema de transporte. O percurso eficiente de uma viagem por caminhão se dá em curtas e médias distâncias. No Brasil, no entanto, existem situações em que a carga embarca em São Paulo com destino à Belém ou de Porto Alegre para Teresina", pontua o Diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz.

Consumo de energia - O aumento do consumo de energia elétrica também teve destaque no primeiro semestre do ano. Na avaliação da CNI, o indicador revela o aquecimento da economia brasileira - crescimento do **PIB** no primeiro e segundo trimestre de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior, em 2,5% e 3,3%, respectivamente.

As únicas quedas estão relacionadas ao consumo de petróleo (-12,57%) e de derivados (-0,15%). De certo modo, esses resultados são parcialmente explicados pela elevação do número de veículos elétricos e híbridos no país, bem como pela maior competitividade do etanol em relação à gasolina no período.(Agência CNI)

**Site:**

<https://arede.info/jornaldamanha/magicEdition/Page?edit ionId=2213&pageNumber=16&InZoom=True>